



Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Julho
2015
N.º 82

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

www.fecomerciopr.com.br – federacao@fecomerciopr.com.br

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Estevão Santos Moreira Vanzo

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná. Os acessos poderão ser feitos através do site: www.fecomerciopr.com.br

CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

A conjuntura econômica vigente mais as perspectivas restritivas para os próximos meses, constituem fatores limitantes para o comércio, para a indústria e para o consumidor. Dentre as variáveis conjunturais que se destacam atualmente nesse contexto de dificuldades, podem ser destacados:

- a) juros crescentes;
- b) inflação ascendente; (o dólar a R\$ 3,50, poderá se refletir sobre os preços internos, principalmente, em relação a insumos importados);
- c) bloqueios à indústria de transformação em um ambiente recessivo;
- d) investimentos públicos inexistentes ou abaixo do necessário;
- e) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor e do respectivo poder de compra, o que resulta em adiamento de gastos ou compromissos financeiros;
- f) redução e/ou restrições nos financiamentos;
- g) aceleração dos preços administrados pelo governo: energia elétrica; água e saneamento, telecomunicações;
- h) inadimplência apresenta valores elevados;
- i) maior desemprego acumulado e redução na criação de novas oportunidades de trabalho.

Em termos de exportações, o saldo da balança comercial de agosto a dezembro de 2015, poderá melhorar em relação a 2014, desde que mantida a atual tendência cambial.

No semestre janeiro-junho de 2015, as vendas apresentaram crescimento inferior quando comparadas ao mesmo período de 2014. A explicação principal para essa contenção é o cenário de dificuldades vigente na economia brasileira, no qual o Paraná está inserido, somados às limitações do cenário político e ético. Para o restante de 2015, as perspectivas são de continuidade da queda nas vendas de bens duráveis, de maior valor unitário: eletroeletrônicos, linha branca e móveis. Outros ramos que apresentavam estabilidade até meados de 2014, demonstram agora uma inversão de comportamento: é o caso de concessionárias de veículos (que repercute sobre auto-peças), e o comércio de materiais de construção. Verifica-se ainda um grande estoque de imóveis novos e /ou para aluguel.

Existe uma tendência do consumidor paranaense de menor renda- classes C, D e E, em limitar suas compras aos bens não duráveis essenciais ou básicos, como alimentos, higiene, e medicamentos, comercializados pelos segmentos de supermercados e hipermercados e farmácias. Outro ramo do comércio que também trabalha com bens não duráveis é o de combustíveis e lubrificantes, que apresenta um crescimento condicionado aos limites da renda e do emprego.

Grande parte dos consumidores demonstram expectativas negativas em relação ao desempenho da economia no restante do ano e também para o 1.º semestre de 2016, tendo por condicionantes a queda na renda pessoal e familiar, incerteza quanto a manutenção dos empregos, maior tributação com ampliação da absorção de renda do consumidor pelo governo. Resta então adiar a compra de produtos que não representam necessidade imediata ou não se demonstrem essenciais, ou optar por adquirir bens substitutos de menor preço.

Nessas circunstâncias, a realidade atual no Paraná e no Brasil, não permitem expectativas de recuperação do desempenho do comércio varejista nos próximos meses de 2015. Qualquer mudança na tendência da curva de desempenho das vendas do varejo, terá muito mais a possibilidade de vinculação a espasmos localizados ou setoriais, em uma ou outra cidade, ou em algum ramo de atividade, em função de promoções e/ou providências circunstanciais adotadas por empresários de um segmento.

	Apresentação	03
	Sumário	05
	Tabelas	06
I	Nível de Atividade Econômica	08
	1. Produto e Renda	08
	1.1 O PIB Total do Brasil e do Paraná	08
	1.2 O PIB do Brasil por Setores e Subsetores	09
	1.3 Demanda Agregada	10
	1.4 Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda	11
	2. Mercado de Trabalho	12
	2.1 Mercado de Trabalho Brasileiro	12
	2.2 Mercado de Trabalho Paranaense	13
	2.3 Taxa de Desemprego	14
	3. Nível de Salário	15
	3.1 Salário Mínimo no Brasil	15
	3.2 Salário Mínimo no Paraná	16
	4. Nível de Preços	17
	4.1 Introdução	17
	4.2 Meta da Inflação	17
	4.3 Taxa de Inflação	18
	5. Taxa de Juros e Poupança	19
	6. Mercado de Ações	20
	7. Risco País	21
	8. Variação do Dólar	22
II	Atividade Empresarial	23
	9. Comércio Varejista no Paraná	23
	9.1 Desempenho em fevereiro de 2015	23
	10. Abertura de Empresas no Paraná	27
	11. Falências Decretadas no Brasil	28
	12. Crédito: Demanda e Inadimplência	29
	12.1 Demanda de Crédito	29
	12.2 Inadimplência	29
	13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	30
III	Setor Público	32
	14. Arrecadação do Governo	32
	15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	33
	16. Superávit Primário	34
	17. O ICMS no Paraná	35
IV	Relações com o Exterior	36
	18. Comércio Exterior Brasileiro	36
	18.1 Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna	42
	19. Comércio Exterior Paranaense	43
	20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	49
	21. Dívida Externa Brasileira	50
	21.1 Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado	50
	22. Reservas Cambiais	51

TABELAS

01	Produto Interno Bruto	08
02	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	09
03	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	09
04	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	10
05	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	11
06	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	11
07	Brasil: Componentes da demanda no PIB	11
08	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	12
09	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	13
10	Brasil e Curitiba: Taxa de Desemprego	14
11	Brasil: Salário Mínimo	15
12	Paraná: Salário Mínimo	16
13	Índice de Preços	17
14	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	18
15	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	18
16	Poupança	19
17	Bolsa de Valores de São Paulo	20
18	Risco País	21
19	Variação do Dólar	22
20	Variação das Vendas em Fevereiro de 2015	25
21	Vendas em Fevereiro - 2015 Comparadas ao Mês Anterior	26
22	Vendas em Fevereiro - 2015 Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	26
23	Vendas Acumuladas no ano de 2015 Comparadas ao ano de 2014	26
24	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	27
25	Abertura de Empresas no Paraná	27
26	Falências no Brasil	28
27	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	29
28	Indicador Serasa Experian de Inadimplência	29
29	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	30
30	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	32
31	Participação da Carga Tributária no PIB	32
32	Dívida Pública Federal Interna	33
33	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	34
34	Paraná: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade	35
35	Brasil: Balança Comercial	36
36	Brasil: Intercâmbio Comercial	37
37	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	38
38	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	39
39	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	39
40	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	40
41	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	40
42	Brasil: Principais Produtos Exportados em 2015	41
43	Brasil: Principais Produtos Importados em 2015	41
44	Balança Comercial brasileira - com e sem petróleo e derivados - FOB	41
45	Paraná: Balança Comercial e Corrente de Comércio	43
46	Paraná: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	44
47	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	45
48	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	45
49	Paraná: Principais Países De Destino De Produtos	46
50	Paraná: Principais Produtos Exportados em 2015	46
51	Paraná: Corrente de Comércio	46
52	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	47
53	Paraná: Principais Empresas Exportadoras em 2015	47
54	Paraná: Principais Empresas Importadoras em 2015	47
55	Paraná: Exportação - Totais por Fator Agregado	48
56	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais em 2015	48
57	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	49
58	Dívida Externa Brasileira	50
59	Brasil: Participação da Dívida Externa	50
60	Brasil: Reservas Cambiais	51

I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1. PRODUTO E RENDA

1.1. O PIB Total do Brasil e do Paraná

A economia brasileira no 1.º trimestre de 2015 apresentou queda do PIB em relação ao mesmo trimestre de 2014: -1,6%. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, outubro – dezembro de 2014, o desempenho foi: PIB total: -0,2 e, setorialmente, os números foram; Agropecuária: cresceu 4,7%; Indústria: caiu 0,3% no trimestre; Serviços: também caiu 0,7%.

A participação dos três grandes setores da economia no PIB a custo de fatores (sem os impostos líquidos sobre cada setor), no 1.º trimestre de 2015 foi: Agropecuária: 5,66%; Indústria: 19,03%; Serviços: 60,47%. O Comércio teve participação no PIB total (sem os impostos líquidos) de 9,60%.

A demanda final em 2014 aponta, em valores correntes, uma redução na velocidade de crescimento do consumo das famílias mas, mesmo assim, é o componente da demanda agregada com maior participação na demanda final total. Por outro lado, a balança comercial ampliou o desempenho negativo no ano. Houve redução da capacidade de elevação do PIB via demanda final, devido o esgotamento do poder de compra e a queda nas exportações.

As políticas de aquecimento do governo federal demonstraram uma espécie de “fadiga” ou “esgotamento” que foi se acentuando desde o 3.º trimestre de 2012, mas que se intensificou em 2014, não exercendo o impacto esperado sobre o consumo das famílias. Para explicar essa “fadiga”, pode ser mencionado, além do esgotamento do poder de compra do consumidor e renda comprometimento da renda: a) juros crescentes, refletindo sobre demanda e preços; b) contenção das exportações; c) inflação ascendente.

Desde 2010, o crescimento do PIB de 2014 foi o menor. Essa queda em 2014 reflete os erros nas políticas econômicas adotadas pelo governo, principalmente no que se refere ao volume de gastos públicos. Num país em que a infraestrutura apresenta diversos gargalos, justifica-se a adoção de políticas estruturais, de médio e longo prazo, destinadas à superação de deficiências em: estradas, ferrovias, portos, energia, etc., que permitam ao sistema produtivo atender questões importantes para a expansão dos investimentos na economia.

No Paraná, o PIB real cresceu 0,8 % em 2014, maior que o crescimento do país.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Varição Real (%)	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Varição Real (%)	
	1	2	3	4	5	6	7
2005	2.171.736	10,88	3,1	126.677	3,47	0,0	5,83
2006	2.409.803	10,96	4,0	136.615	7,85	2,0	5,67
2007	2.718.032	12,79	6,0	161.582	18,28	6,7	5,94
2008	3.107.531	14,33	5,0	179.263	10,94	4,3	5,77
2009	3.328.174	7,10	-0,2	189.992	5,99	-1,3	5,71
2010	3.886.835	16,79	7,6	217.290	14,37	10,0	5,59
2011	4.374.765	12,55	3,9	239.366	10,16	5,7	5,47
2012	4.713.096	7,73	1,8	255.767	6,85	1,8	5,43
2013	5.157.569	9,43	2,7	287.966	12,59	4,6	5,58
2014	5.521.256	7,05	0,1	308.986	7,30	0,8	5,60

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) (Consulta em 03/04/2015)

Paraná: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos – Produto Interno Bruto) (Consulta em 01/06/2015)

(1) Dados preliminares do IPARDES

1. PRODUTO E RENDA

1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2014 1º Tri	2014/2013 Var (%)	2014 2º Tri	2014 3º Tri	2014 4º Tri	2015 - 1º TRI	
						2015 1º Tri	Participação % do Setor no PIB Total
AGROPECUÁRIA	76.290	0,4	75.227	62.810	48.019	79.648	5,66
INDÚSTRIA	263.629	-1,2	265.284	296.233	279.576	267.921	19,03
1. Extrativa mineral	49.866	8,7	45.999	47.119	45.125	31.657	2,25
2. Transformação	116.473	-3,8	123.668	142.980	131.800	121.264	8,61
3. Construção civil	73.133	-2,6	74.808	80.035	78.699	28.269	2,01
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	24.158	-2,6	20.809	26.099	23.952	86.731	6,16
SERVIÇOS	786.873	0,7	819.549	843.993	901.423	267.921	60,47
1. Comércio	138.874	-1,8	139.063	144.688	147.956	135.222	9,60
2. Transporte, armazenagem e correio	49.845	2,0	52.485	55.844	54.551	52.379	3,72
3. Serviços de informação	41.937	4,6	42.983	43.887	46.981	42.918	3,05
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	78.359	0,4	76.525	79.133	81.481	88.766	6,30
5. Outros serviços (2)	182.778	0,1	197.136	206.756	214.865	130.979	9,30
6. Atividades imobiliárias e aluguel	116.509	3,3	118.766	122.232	125.237	199.523	14,17
7. Administração, saúde e educação públicas	178.569	0,5	192.590	191.453	230.352	201.665	14,32
Impostos líquidos sobre produtos	195.514	-0,3	195.312	194.477	217.049	208.989	14,84
PIB : preços de mercado	1.322.305	0,1	1.355.372	1.397.513	1.446.066	1.408.009	100,00

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 05/08/2015)

TABELA 3 – BRASIL: VARIÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
2012	--	1,8	-2,5	0,1	2,4
1º Tri	1,6	0,2	-17,5	0,1	0,7
2º Tri	0,8	0,5	11,8	-2,1	0,9
3º Tri	2,3	1,3	10,5	2,2	0,9
4º Tri	2,3	0,4	-7,1	-1,4	0,8
2013	--	2,7	7,9	1,8	2,5
1º Tri	2,6	0,7	5,2	1,0	-0,2
2º Tri	3,9	1,2	1,6	2,3	1,7
3º Tri	2,4	0,1	-2,3	-0,4	0,2
4º Tri	2,1	0,1	-0,8	-0,2	0,2
2014	--	0,1	0,4	-1,2	0,7
1º Tri	2,7	0,6	4,5	1,3	0,2
2º Tri	-1,2	-1,4	-2,7	-4,1	-0,8
3º Tri	-0,6	0,2	-2,0	1,2	0,7
4º Tri	-0,2	0,3	1,8	-0,1	0,3
2015	--	--	--	--	--
1º Tri	-1,6	-0,2	4,7	-0,3	-0,7

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 05/08/2015)

(1) Os resultados trimestrais do Paraná não foram divulgados.

(2) O segmento sob denominado outros serviços inclui: Serviços auxiliares à agricultura, agentes de comércio e representação comercial, serviços auxiliares financeiros, dos seguros de previdência complementar e limpeza urbana e esgoto.

1. PRODUTO E RENDA**1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada em uma economia é a soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo e variação de estoques); 4) balança comercial: exportações (demanda do exterior de produtos da economia brasileira) menos importações (demanda brasileira de bens produzidos no exterior). O investimento bruto interno (soma de formação de capital fixo mais a variação de estoques) considera investimentos públicos e privados (inclui também investimento do exterior na economia interna); mas não contabiliza o investimento de nacionais feitos em outros países.

Cada componente da demanda agregada em 2014 reflete as restrições na economia acima do previsto pelo governo. O *consumo de famílias* a preços correntes, responsável por, aproximadamente, 60% da demanda agregada, é o de melhor desempenho dentre os componentes da demanda final, mas a respectiva velocidade de crescimento caiu durante o ano. A menor velocidade de crescimento indica, dentre outras possibilidades, um esgotamento ou contenção do poder de compra do consumidor, maior comprometimento da renda e redução do impacto das políticas de incentivo ao consumo.

O 1.º trimestre de 2015 apresenta que em relação ao último trimestre de 2014 e, em valores deflacionados, o desempenho em 2015 sinaliza uma tendência de queda em relação ao desempenho dos demais trimestres de 2014. Como causas, podem ser mencionados maior desemprego e menor criação de novas oportunidades de trabalho, reduzindo a massa de salários e o poder de compra, bem como a deterioração do poder de consumo das classes C, D e E.

TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Tipo de Demanda	2013 2ºTri	2013 3ºTri	2013 4ºTri	2014 1ºTri	2014 2ºTri	2014 3ºTri	2014 4ºTri	2015 1ºTri
Consumo das famílias	785.533	810.335	846.536	829.557	840.674	865.507	914.069	887.763
Consumo da administração pública (ou Governo)	248.107	244.309	300.854	244.401	271.489	274.122	324.889	272.586
Investimento Bruto Interno	274.370	284.514	242.037	294.726	270.909	290.020	253.110	297.200
Formação bruta de capital fixo	265.509	276.746	273.028	268.997	264.452	279.673	276.993	276.736
Variação de estoque	8.861	7.768	-30.991	25.729	6.456	10.348	-23.883	20.464
Balança Comercial	-24.756	-31.290	-25.697	-46.379	-27.700	-32.136	-46.002	-49.540
Exportações	154.681	168.208	173.120	144.062	161.811	171.620	158.417	152.545
Importações (-)	179.437	199.499	198.817	190.441	189.511	203.756	204.419	202.085
Demanda Agregada Total	1.283.254	1.307.868	1.363.731	1.322.305	1.355.372	1.397.513	1.446.066	1.408.009

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) (Consulta em 05/08/2015)

1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2006	105 302	568 913	1 375 427	2 049 642	360 161	2 409 803	1 456 420	453 395	415 941	18 879	346 342	281 175
2007	120 206	628 933	1 568 156	2 317 296	400 736	2 718 032	1 628 510	509 124	491 115	52 257	362 548	325 522
2008	141 721	720 086	1 762 397	2 624 204	483 326	3 107 531	1 857 401	578 633	605 663	71 772	420 881	426 819
2009	149 449	730 810	1 964 638	2 844 897	483 277	3 328 174	2 063 996	646 738	639 191	-8 311	361 680	375 120
2010	160 322	903 768	2 239 738	3 303 828	583 007	3 886 835	2 341 155	738 966	800 353	46 813	417 270	457 722
2011	190 570	1 010 346	2 517 928	3 718 844	655 921	4 374 765	2 637 009	817 368	902 885	51 174	501 802	535 473
2012	210 416	1 012 968	2 771 049	3 994 433	718 663	4 713 096	2 908 410	909 613	952 524	6 280	563 573	627 304
2013	246 962	1 069 585	3 070 542	4 387 089	770 480	5 157 569	3 200 737	1 010 354	1 059 028	7 961	619 920	740 431
2014	262 346	1 104 721	3 351 837	4 718 904	802 352	5 521 256	3 449 807	1 114 901	1 090 116	18 650	635 910	788 127
2015*	79 648	267 921	851 453	1 199 021	208 989	1 408 009	887 763	272 586	276 736	20 464	152 545	202 085

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 02/06/2015)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Agropecuária	5,5	5,6	5,9	6,1	5,3	5,5	5,3	5,7	5,6	6,6
Indústria	28,8	27,8	27,9	25,4	28,1	27,5	26,0	24,9	23,4	22,3
Extrativa Mineral	2,9	2,3	3,2	1,3	3,0	4,1	4,3	4,1	4,0	2,6
Transformação	17,4	17,0	16,6	15,8	16,2	14,6	13,0	13,0	10,9	10,1
Construção Civil	4,7	4,9	4,9	4,9	5,7	5,8	5,7	5,4	2,0	2,4
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,8	3,6	3,1	3,4	3,2	3,1	3,1	2,3	6,5	7,2
Serviços	65,8	66,6	66,2	68,5	66,6	67,0	68,7	69,4	71,0	71,0
Comércio	11,5	12,1	12,5	11,8	12,5	12,6	12,7	12,7	12,1	11,3
Transporte, armazenagem e correio	4,8	4,8	5,0	5,1	5,0	5,1	5,4	5,3	4,5	4,4
Serviços de informação	3,8	3,8	3,8	3,7	3,2	3,0	2,9	2,6	3,7	3,6
Intermed. financeira, seguros, prev. complem. e serv.rel.	7,2	7,7	6,8	7,3	7,5	7,4	7,2	7,0	6,7	7,4
Outros Serviços	14,5	14,2	14,1	15,1	14,3	14,5	15,7	15,7	10,2	10,9
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,7	8,5	8,2	8,4	7,8	7,9	8,2	8,3	17,0	16,6
Adm., saúde e educação públicas	15,3	15,5	15,8	17,0	16,2	16,3	16,6	17,7	16,8	16,8
Valor adicionado a Preços Básicos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos sobre Produtos	16,5	16,3	17,5	16,2	17,2	17,3	17,9	17,9	17,0	17,4
PIB a Preços de Mercado	116,5	116,3	117,5	116,2	117,2	117,3	117,9	117,9	117,0	117,4

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 02/06/2015)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Consumo das famílias	60,4	59,9	59,8	62,0	60,2	60,3	61,7	62,1	62,5	63,1
Consumo do governo	18,8	18,7	18,6	19,4	19,0	18,7	19,3	19,6	20,2	19,4
FBCF+variação de Estoques	18,0	20,0	21,8	19,0	21,8	21,8	20,3	20,7	20,1	21,1
Exportações de bens e serviços	14,4	13,3	13,5	10,9	10,7	11,5	12,0	12,0	11,5	10,8
Importações de bens e serviços	(11,7)	(12,0)	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,3)	(14,4)	(14,3)	(14,4)
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 02/06/2015)

(*) Valores referentes ao período janeiro- março de 2015.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro**

As categorias de mercado em uma economia, correspondem a quatro grandes segmentos em uma abordagem macroeconômica: 1) mercado de bens e serviços, onde ocorre a demanda e a produção e oferta; 2) mercado monetário-financeiro, que abrange oferta e demanda de moeda e bolsa de valores(inclui o mercado de capitais); 3) mercado externo, caracterizado por exportações e importações; e 4) mercado de trabalho, onde ocorrem oferta e demanda de mão-de-obra na economia e a utilização da força de trabalho disponível e economicamente ativa.

No semestre janeiro-junho de 2015 os números são negativos, pois além da conjuntura não favorecer a economia como um todo, tem-se uma piora intensa na indústria onde o resultado do semestre supera o verificado em todo o ano de 2014. O comércio não criou empregos no semestre: teve desempenho negativo. Apesar dos números positivos em "outros serviços", neste momento nada garante que no 2.º semestre o desempenho dos empregos criados permitam igualar o verificado nesse segmento em 2014.

Em 2014, o setor Serviços apresentou o pior desempenho dos últimos 5 anos, num processo de queda gradativa sequencial, o que pode ser atribuído à redução na atividade econômica e vigência de uma política econômica nos últimos 4 anos distanciada da realidade e necessidades internas.

Cabe destacar que o mês de dezembro gera poucos empregos novos na indústria, pois as encomendas do comércio para o Natal são efetuadas de agosto a outubro. O Comércio gera mais empregos temporários no final de ano e demite pouco, até como estratégia de atendimento em dezembro; no entanto, em janeiro, o comércio demite muitos de contrato temporário. Em Outros Serviços houve uma grande rotatividade de mão-de-obra onde muitos trabalhadores em busca de melhor remuneração, circulam por várias empresas e alguns buscam alocação na indústria de transformação após cursos de qualificação. Ressalte-se que os dados da Tabela 5 se referem a empregados admitidos menos os demitidos. Não é um índice de desemprego.

TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA (Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)						
Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015 Jan-Jun
INDÚSTRIA	916.427	472.288	256.847	244.446	-267.816	-304.910
Extrativa Mineral	17.715	19.538	10.928	2.680	-2.348	-7.363
Transformação	544.367	218.138	86.406	126.359	-163.817	-162.387
Serviços Industriais de Utilidade Pública	20.034	9.467	10.223	8.383	4.825	-670
Construção Civil	334.311	225.145	149.290	107.024	-106.476	-134.490
SERVIÇOS	1.640.369	1.410.934	1.040.019	870.853	665.179	-123.954
Comércio	611.900	459.841	372.368	301.095	180.814	-181.849
Administração Pública	10.417	16.126	1.491	22.841	8.257	14.762
Outros Serviços (*)	1.018.052	934.967	666.160	546.917	476.108	43.133
AGROPECUÁRIA	-1.375	83.227	4.976	1.872	-370	83.447
TOTAL	2.555.421	1.966.449	1.301.842	1.117.171	396.993	-345.417

Fonte:www.mte.gov.br (Consulta em 20/07/2015)

(*) O segmento de Outros Serviços conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

Os números negativos de junho não permitiram que o semestre janeiro-junho de 2015, superasse os cinco meses de janeiro-maio. A atual crise econômica no país brasileiro não permite perspectivas de melhora do indicador no Paraná ao longo do ano.

Os empregos criados no Paraná em 2014 foram positivos mas abaixo da metade dos números de 2013. Os maiores destaques em 2014 foram, respectivamente,

“outros serviços”, “comércio varejista” e “comércio atacadista”. A maior queda foi na indústria, que pode ser associado à contenção na demanda e presença dos importados. Apesar da contenção de vários indicadores econômicos, ao longo de 2014, a criação de empregos foi um dos setores menos afetados.

Recentemente, em alguns ramos, a demanda de mão-de-obra não foi atendida, devido carência de qualificação. O trabalhador escolhe o emprego em função da remuneração e benefícios como: assistência-saúde, vale-alimentação, vale-transporte e perspectiva de carreira; anteriormente, o trabalhador aceitava a primeira oferta de trabalho.

Havia até meados de 2014, grande rotatividade de mão-de-obra e dificuldades em preencher vagas em alguns setores do varejo: supermercados e hipermercados; hotéis, bares e restaurantes; e lojas franqueadas que buscam adequar o trabalhador aos padrões praticados pela loja/marca. Uma característica desses ramos é contratar trabalhadores para 1.º emprego, sem experiência anterior e oferecerem treinamento na empresa. A indústria também enfrenta carência de mão-de-obra qualificada em segmentos específicos como “acabamento” na construção civil.

Mas em 2015, verifica-se uma redução na geração de empregos e as perspectivas do mercado de trabalho para o ano, em termos de criação de emprego sinalizam queda em relação a 2014, muito associado às limitações da economia brasileira e seus efeitos na economia paranaense no período.

TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
2006	29.652	18.444	2.761	1.179	33.115	1.245	86.396
2007	54.535	25.146	5.356	575	30.996	5.753	122.361
2008	36.478	26.656	6.411	-408	35.686	6.080	110.903
2009	21.264	18.572	4.183	2.069	27.377	-4.381	69.084
2010	41.527	33.831	5.159	340	53.125	-2.375	131.607
2011	36.721	26.672	6.597	1.876	51.557	493	123.916
2012	41.809	26.864	5.910	1.573	50.357	6.110	132.623
2013	18.711	22.254	5.881	2.112	39.196	2.195	90.349
2014	-4.969	9.779	3.728	586	32.050	-162	41.012
Jun	-2.993	-1.233	311	141	313	509	-2.952
Jul	-1.751	-344	376	118	3.193	1.091	2.683
Ago	-77	1.030	303	-9	4.187	-82	5.352
Set	2.342	3.148	537	74	4.848	598	11.547
Out	-1.213	1.597	347	49	-693	-462	-375
Nov	-4.314	6.142	500	-43	2.983	-408	4.860
Dez	-25.350	-3.479	-1.403	-287	-15.385	-3.264	-49.168
2015	-1.600	-5.678	1.882	510	14.714	4.170	13.998
Jan	6.326	-4.737	596	-78	4.502	104	6.713
Fev	1.541	-1.044	783	427	6.564	303	8.574
Mar	2.898	1.504	593	100	3.822	1.257	10.174
Abr	-3.441	556	-332	188	-38	1.065	-2.002
Mai	-2.571	-9	259	44	406	510	-1.361
Jun	-6.285	-2.199	58	-91	-1.205	829	-8.893

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 20/07/2015)

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED, estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(**) A diferença entre a somatória de 2014 e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.3. Taxa de Desemprego**

O desemprego em janeiro-junho de 2015, é maior que o do mesmo período de 2014. Aliás, cabe destacar que números do desemprego mês a mês de 2015 são maiores que os de todos os meses do ano anterior, indicando uma nova tendência para o corrente ano, ou seja, um novo patamar de desemprego. O esgotamento das políticas de incentivo ao consumo, as restrições na economia, em especial para a indústria, a elevação tributária, a desvalorização cambial do Real e queda nas vendas do varejo explicam o maior desemprego, que pode ser também associado à elevação da inflação.

Os números do biênio 2013-2014 atingiram uma situação de quase pleno emprego, e com maior salário real médio, muito estimulado pelo crescimento do setor serviços. Destaca-se que a taxa calculada pelo IBGE toma como base apenas 6 regiões metropolitanas. Um indicador com baixo desemprego pode pressionar o salário real médio e impactando preços e inflação.

O desemprego ascendente pode indicar retração no consumo e menor demanda na economia, afetando o mercado de trabalho e limitando empregos. Mas, ao diminuir, pode também indicar menor procura por emprego e consequente crescimento do grupo dos que "não se consideram desempregados" e não estão em busca de emprego. Em algumas atividades da economia em 2014, houve contratação de trabalhadores haitianos, bolivianos e/ou paraguaios, devido a dificuldade de se encontrar mão-de-obra brasileira e de menor custo. Mas é uma situação que deixou de existir em 2015, que sinalizam uma inversão total da tendência anterior.

Uma explicação para menor desemprego e menor PIB em anos anteriores pode ser associada a uma baixa produtividade da mão-de-obra, tecnologia defasada, poucas inovações e reduzidas modernizações na indústria e as dificuldades das exportações de manufaturados.

As políticas econômicas de aquecimento do governo, mesmo que conjunturais e de curto prazo, mais o estímulo à demanda final permitiram, num primeiro momento, desempenho positivo do emprego, importante para manter a demanda e aquecer as vendas do comércio. No entanto, essas políticas conjunturais tem efeitos limitados, que se esgotaram rapidamente.

TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO		
Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
Abr	4,9	--
Mai	4,9	--
Jun	4,8	--
Jul	4,9	--
Ago	5,0	--
Set	4,9	--
Out	4,7	--
Nov	4,8	--
Dez	4,3	--
2015	--	--
Jan	5,3	--
Fev	5,9	--
Mar	6,2	--
Abr	6,4	--
Mai	6,7	--
Jun	6,9	--

TABELA 10.1 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
Período	Taxa de Desocupação Variação %	
	Brasil	Sul
2012 1º Tri	7,90	5,10
2º Tri	7,50	4,80
3º Tri	7,10	4,30
4º Tri	6,90	4,00
2012	7,35	4,55
2013 1º Tri	8,00	4,80
2º Tri	7,40	4,30
3º Tri	6,90	4,10
4º Tri	6,20	3,80
2013	7,13	4,25
2014 1º Tri	7,10	4,30
2º Tri	6,80	4,10
3º Tri	6,80	4,20
4º Tri	6,50	3,80
2014	6,80	4,10
2015 1º Tri	7,94	5,10

Fontes: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Trabalho e rendimento - PME) - (Consulta em 24/07/2015)
RM Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 29/04/2015)

(1) IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.
(2) Taxa anual calculada internamente pela FECOMERCIO - Média dos trimestres do ano

3. NÍVEL DE SALÁRIO**3.1. Salário Mínimo no Brasil**

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2005	300,00	15,38	119,33	2,514	1/5/2005	8,07
2006	350,00	16,67	162,49	2,154	1/4/2006	4,41
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 03/04/2015)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, quando passou a vigorar (*). O país foi dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real, permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. Consulta em 03/04/2015).

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná estabeleceu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores apresentados na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

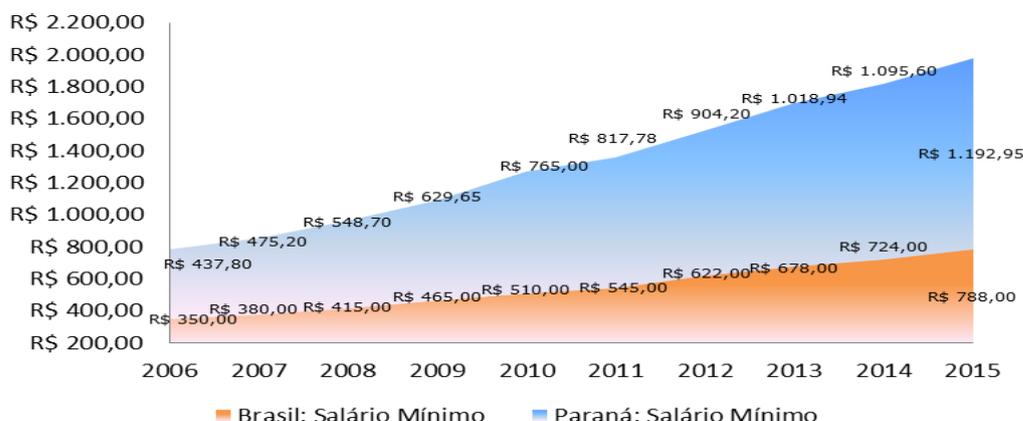
As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei n.º 15.118 de 2006; b) Lei n.º 15.486 de 2007; c) Lei n.º 15.826 de 2008; d) Lei n.º 16.099 de 2009; e) Lei n.º 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei. nº 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados a cada ano são superiores aos valores do salário mínimo definido pelo governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	437,80	45,93	190,35	2,071	1/5/2006	4,63
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2014	8,17

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 1198 de 30 de Abril de 2015) (Consulta em 03/06/2015)

SALÁRIO MÍNIMO - BRASIL x PARANÁ



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA acumulado de Abril a Maio)

GRUPO I – R\$ 1.032,02 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO II – R\$ 1.070,33 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III – R\$ 1.111,04 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV – R\$ 1.192,45 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

1.º) IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

2.º) IPC: inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA ⁽¹⁾	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC ⁽²⁾	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.

4. NÍVEL DE PREÇOS**4.3. Taxa de Inflação**

A inflação em junho: 0,79% manteve a tendência do ocorrido em maio: foi quase o dobro da verificada no mesmo mês de 2014. A inflação no semestre somou 6,17%, maior que o do mesmo período de 2014 e também acima da meta inflacionária do ano de 2015. Os aumentos das tarifas públicas administradas pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal): energia elétrica, água e saneamento, combustíveis, transportes; some-se também os aumentos nos gastos escolares; constituem fatores importantes para essa expansão. Por outro lado, acrescenta-se também uma política monetária com juros SELIC ascendentes, dólar que rompeu a barreira de R\$ 3,00; queda na produção industrial que afetou o emprego. A chamada inflação de expectativas também ocorreu: o prenúncio de aumento do preço futuro contribui para antecipar a vigência de maiores preços: nesse sentido podem ser considerados os aumentos tributários de 2015: IPTU, ITBI, ICMS, IPVA e outros. Alguns insumos básicos importados também repercutem sobre os preços.

Ainda deverão ser implementadas outras providências pelo governo para ajustar preços administrados, após longo período de contenção/ adiamento de reajustes. O 1.º semestre/2015 ainda trará impactos adicionais sobre os preços onde, além dos já mencionados serão afetadas adicionalmente: tarifas de transportes, energia, combustíveis e outros regulados pelos Governos Federal, Estadual-caso do Paraná e os Municipais.

TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO

Período	Brasil			Meta de Inflação (%)	Curitiba		
	IPCA (IBGE) (%)				IPC (IPARDES) (%)		
2005	5,69			4,5	4,05		
2006	3,14			4,5	4,82		
2007	4,46			4,5	4,78		
2008	5,90			4,5	4,85		
2009	4,31			4,5	3,88		
2010	5,91			4,5	5,09		
2011	6,50			4,5	5,81		
2012	6,20			4,5	5,91		
2013	5,56			4,5	6,17		
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
2014		6,41		4,5		6,05	
Abr	0,67	2,86	6,28		1,04	2,77	6,70
Mai	0,46	3,33	6,37		0,30	3,08	6,50
Jun	0,40	3,75	6,52		0,02	3,11	6,76
Jul	0,01	3,76	6,50		0,22	3,34	6,81
Ago	0,25	4,02	6,51		0,52	3,87	6,50
Set	0,57	4,61	6,75		0,85	4,75	7,29
Out	0,38	5,02	6,34		0,23	4,99	6,73
Nov	0,51	5,58	6,56		0,99	6,03	6,67
Dez	0,78	6,41	6,41		0,02	6,05	6,05
2015				4,5			
Jan	1,24	1,24	7,14		0,41	0,41	6,02
Fev	1,22	2,48	7,70		1,15	1,57	6,54
Mar	1,32	3,83	8,13		0,81	2,39	6,76
Abr	0,71	4,56	8,17		2,36	4,81	8,15
Mai	0,74	5,34	8,47		1,47	6,35	9,41
Jun	0,79	6,17	8,89		0,29	6,65	9,7
Jul	0,62	6,83	9,56		1,23	7,97	10,8

Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Julho)

Habituação	1,52
Artigos de Residência	0,86
Saúde e Cuidados Pessoais	0,84

Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Julho)

Curitiba	0,89
Goiânia	0,85
Porto Alegre	0,81

Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Julho)

Vestuário	-0,31
Educação	0,00
Transportes	0,15

Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Julho)

Belém	-0,07
Vitória	0,11
Fortaleza	0,27

5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

Os juros SELIC do Banco Central, referência para os demais juros no país e também para a dívida pública, foram elevadas em julho de 2015 para 14,25%. O aumento dos juros pelo Comitê de Política Monetária-COPOM do BC indica a priorização da adoção de um instrumento de política econômica que visa desaquecer o consumo, adiar a demanda e desestimular elevação de preços. No entanto, nem sempre o desejado em relação aos preços e inflação é viabilizado.

Em 2014, ano eleitoral, a política de juros do BC não refletiu a realidade da economia do país, pois o governo deixou de elevar os juros. Somente a partir de outubro de 2014, tardiamente, foi que o BC adotou política de elevação nos juros que se fazia necessária. Tudo visando reduzir oferta monetária, desestimular ou adiar a demanda e conter inflação. O objetivo não foi viabilizado. Verifica-se que o aumento dos juros e contenção da demanda se insere num contexto de política restritiva de desaquecimento, mas também uma forma de política corretiva.

O padrão alto de emprego em 2014 fez crescer: massa de salários, renda da população economicamente ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Após priorizar a demanda, mesmo com algum resquício inflacionário, o governo se preocupou com a inflação adotando elevação nos juros para conter a demanda.

O ponto de corte para a redução do rendimento da poupança, considerando as mudanças vigentes, era a SELIC em 8,0%, percentual que ocorreu de julho/2012 a junho/2013; ao atingir 8,0% em junho/2013, o critério para rendimento da poupança voltou ao modelo anterior.

2012		2013		2014		2015	
Mês	Taxa Selic (%)						
Jan	10,50	Jan	7,25	Jan	10,50	Jan	12,25
Fev	10,50	Fev	7,25	Fev	10,75	Fev	12,25
Mar	9,75	Mar	7,25	Mar	10,75	Mar	12,75
Abr	9,00	Abr	7,50	Abr	11,00	Abr	13,25
Mai	8,50	Mai	7,50	Mai	11,00	Mai	13,25
Jun	8,50	Jun	8,00	Jun	11,00	Jun	13,75
Jul	8,00	Jul	8,50	Jul	11,00	Jul	14,25
Ago	8,00	Ago	9,00	Ago	11,00	Ago	
Set	7,50	Set	9,00	Set	11,00	Set	
Out	7,25	Out	9,50	Out	11,25	Out	
Nov	7,25	Nov	10,00	Nov	11,25	Nov	
Dez	7,25	Dez	10,00	Dez	11,75	Dez	

Mês	2014	2015
	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,6132	0,5882
Fev	0,5540	0,5169
Mar	0,5267	0,6302
Abr	0,5461	0,6079
Mai	0,5607	0,6159
Jun	0,5467	0,6822
Jul	0,6059	0,7317
Ago	0,5605	
Set	0,5877	
Out	0,6043	
Nov	0,5485	
Dez	0,6058	

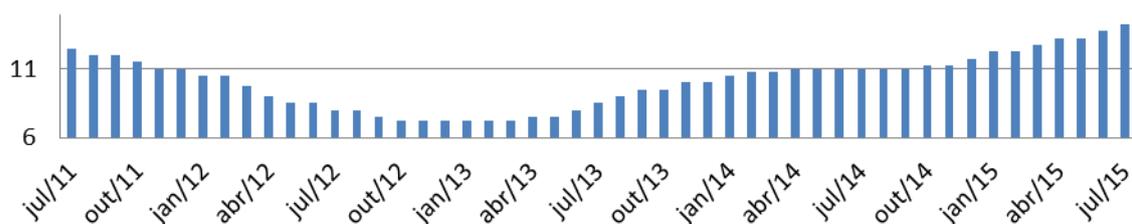
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 05/08/2015)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries

Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 05/08/2015)

(*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2011 a 2015



6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice Bovespa em junho chegou a 53.483 pontos, melhor que o 1.º trimestre, mas abaixo do bimestre abril/ maio. Um desempenho que permanece tímido, especialmente considerando-se a média do período 2010 a 2012. Vários fatores restritivos no mercado acionário do Brasil, contribuíram para essa redução média em 2015: 1) venda de ações pelos aplicadores do exterior e repasse do valor aos países de origem, para compensar dificuldades econômico-financeiras naqueles mercados; 2) valorização do dólar que redirecionou parte das aplicações acionárias para a moeda americana; 3) queda nos financiamentos conteve a lucratividade e cotação das ações de bancos; 4) posições internas adotadas pelas empresas; 6) políticas governamentais que desestimularam investimentos privados e que levaram a contenção da economia brasileira como um todo; 5) cenário interno com pesada deterioração de padrões éticos, morais e políticos por pessoas ou grupos que ocupam cargos/funções de relevância. Também cabe considerar a desvalorização da moeda chinesa. O brasileiro de renda média participa pouco do mercado de ações. Cabe destacar o redirecionamento da opção dos investidores por outras aplicações, num contexto de inflação crescente. A realidade atual também desestimula aplicações no mercado imobiliário, incluindo-se imóveis no exterior.

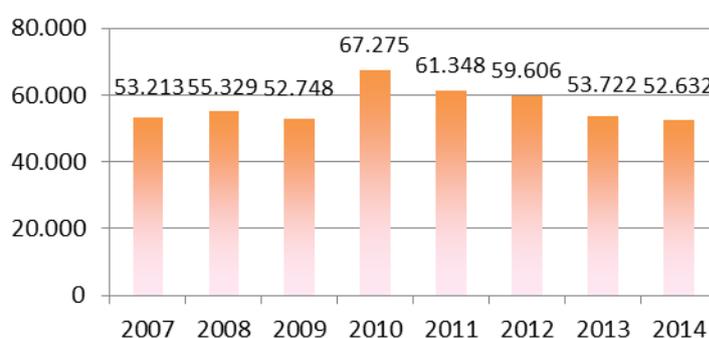
Estes fatos estão na sequência da não superação da crise em alguns países da Europa e do Euro, onde as bolsas tiveram desempenho limitado, impedindo tendências positivas a médio prazo, diante das mudanças conjunturais nesses países. O PIB dos EUA em 2012 e 2013 cresceu, e, em 2014, apresentou números que igualam e/ou superam os indicadores pré-crise de 2008. A recuperação dos EUA já ocorre, induzindo a um retorno de aplicações no mercado americano e valorização do US\$-dólar. O governo da China pratica uma política de redução do crescimento do PIB. Alguns países desenvolvidos apresentam atualmente melhorias nas suas economias.

Algumas estatais brasileiras não tiveram bom desempenho em 2014, o que contribuiu para conter o índice Bovespa: é o caso da Petrobrás cujas ações se destacaram mais pela performance negativa no ano, contaminadas pelo episódio conhecido como "petrolão":

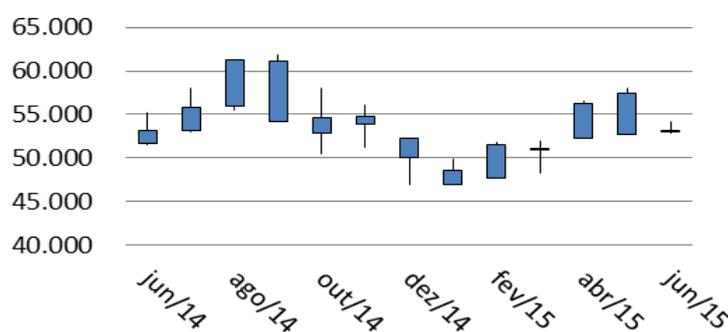
TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
2007	53.213	39,74
2008	55.329	3,98
2009	52.748	-4,66
2010	67.275	27,54
2011	61.348	-8,77
2012	59.606	-2,84
2013	53.722	-9,87
2014	52.632	-2,03
Jun	53.685	1,06
Jul	55.810	3,96
Ago	57.749	3,51
Set	58.278	4,46
Out	54.343	-6,75
Nov	53.579	-1,41
Dez	50.008	-6,67
2015	-	-
Jan	48.369	-3,28
Fev	50.131	3,64
Mar	50.405	0,55
Abr	54.496	8,12
Mai	55.808	2,41
Jun	53.483	-4,17
Jul	53.186	-0,55

IBOVESPA - MÉDIA ANUAL



IBOVESPA - 2014/2015



Fonte: www.bovespa.com.br - (Mercado - Ações - Índices - Índice Bovespa - Estatísticas Históricas - Evolução diária) (Consulta em 05/08/2015)

(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.

(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

7. RISCO PAÍS

O risco-país do Brasil em julho subiu em relação ao mês anterior, junho: atingiu 299 pontos (em junho foi 292). O aumento do risco -país do Brasil pode ser dimensionado quando comparado ao mesmo mês de 2014 o valor foi 206 pontos e o valor referente ao mesmo mês do corrente ano chegou a 299 pontos, um aumento de quase 50%. Os valores médios de 2014 sinalizam um risco-país maior que o verificado em 2013, indicando alterações conjunturais que refletem um contexto de limitações na economia e inconsistências das decisões políticas do Executivo ao longo do ano. Os valores de 2015 sinalizam uma deterioração rápida do grau de confiança dos investidores do exterior em relação à economia brasileira, de forma mais aguda. O contexto eleitoral de outubro passado e o quadro crítico na política e na economia vivenciados em 2015, associado à má gestão pública, produziram incertezas que podem ser incluídos dentre os motivadores. A credibilidade da economia brasileira foi afetada considerando a guinada da economia: juros em alta, dólar em elevação, balança comercial negativa, desajuste fiscal, inflação em 2015 acima da meta de inflação anual e PIB com menor crescimento desde 2010, e projeção de desempenho negativo em 2015. Acrescente-se também que no corrente ano, o risco-país cresceu sob influência, direta e indireta, do episódio Petrobrás. Acrescente-se a isso os custos políticos da corrupção e das propinas, que chegam ao conhecimento da população.

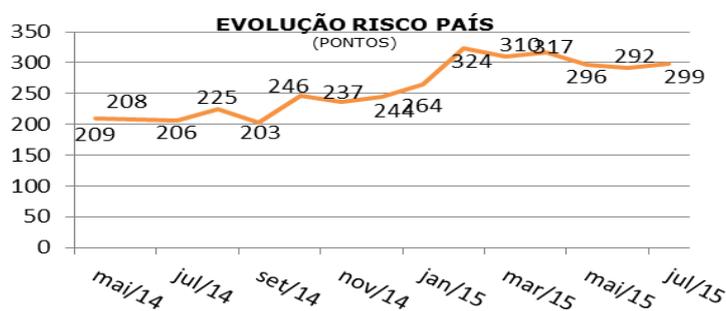
O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco e a possibilidade de não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos.

Quanto maior o índice do risco-país, maior a instabilidade econômica dos países. O maior valor de risco-país do Brasil foi 2.436 pontos em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. É um indicador de características mais conjunturais que estruturais, vinculado às circunstâncias/ variáveis do momento da mensuração.

No Brasil, o que preocupa são as incertezas e queda da economia em 2015, que sinaliza

TABELA 18 – RISCO PAÍS		
Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2009	306	8,89
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
Mar	251	-9,71
Abr	222	-11,55
Mai	209	-5,86
Jun	208	-0,48
Jul	206	-0,96
Ago	225	9,22
Set	203	-9,78
Out	246	21,18
Nov	237	-3,66
Dez	244	2,95
2015	---	---
Jan	264	8,20
Fev	324	22,73
Mar	310	-4,32
Abr	317	2,26
Mai	296	-6,62
Jun	292	-1,35
Jul	299	2,40

mais restrições econômicas, afora as limitações no contexto político.



(*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês.
Fonte: www.ipeadata.gov.br (Consulta em 05/08/2015)

8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

O dólar manteve a superação da barreira dos R\$ 3,00. Desde agosto de 2012 iniciou-se uma gradativa valorização do dólar, que se supunha permitisse elevar exportações. Parte da ascensão pode ser relacionada ao quadro político associado às eleições de outubro e efeitos decorrentes. O que ocorreu, na verdade, foi uma queda gradativa da balança comercial do país.

De forma mais imediata, desde março de 2015, quando o dólar superou a barreira de R\$ 3,00, tem-se dentre os principais motivos, além da debilidade política, as sucessivas derrotas do poder Executivo em questões decididas pelo Legislativo: Senado e Câmara Federal de cunho econômico-fiscal. A recuperação da economia americana e a valorização do dólar no mercado mundial também influenciaram.

O Banco Central-BC no decorrer de 2013, mudou a política de injeção de dólares no mercado, que não estava acompanhando a velocidade de crescimento da cotação cambial. Em agosto-setembro houve melhora nas expectativas dos exportadores em termos de ampliação das vendas para o exterior, muito por conta da queda relativa nos preços internos para os importadores de nossas mercadorias. A valorização do dólar, por outro lado, ainda não conteve significativamente as importações, mesmo com elevação nos preços dos importados.

A melhora na economia americana é a grande motivação para a valorização do US\$, estimulado também por outras alterações externas (melhora em outras economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe alguma culpa quando se avalia repercussões de desvios éticos e políticos recentes.

A cotação atual do US\$, ao nível de R\$ 3,00, aparentemente boa para exportações, não atingiu as elevações esperadas desse segmento. Há que considerar os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria interna voltada às exportações e reduzida comercialização de produtos de alta e média tecnologia e uma conjuntura na qual os países da Euro e a Argentina passam por dificuldades que limitam suas importações. O acréscimo das importações brasileiras de petróleo compromete a balança comercial. O dólar valorizado pressiona preços internos, devido a presença de 25% aproximadamente de importados na demanda interna.

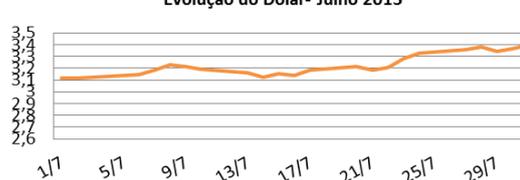
O ambiente de inquietações políticas existentes em 2015 no Brasil, muito associado ao que é denunciado sobre a Petrobrás, só aumenta o grau de incertezas.

TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (*)						
Período	2010 (R\$)	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Jan	1,7232	1,6502	1,8676	2,0415	2,3969	2,6923
Fev	1,8765	1,6604	1,7370	1,9838	2,4084	2,6888
Mar	1,7992	1,6640	1,7146	1,9843	2,3234	2,8649
Abr	1,7693	1,6186	1,8308	2,0180	2,2614	3,1549
Mai	1,7307	1,5739	1,9143	2,0089	2,2215	3,0748
Jun	1,8247	1,5870	2,0344	2,1349	2,2634	3,1783
Jul	1,7998	1,5591	1,9887	2,2292	2,2048	3,1185
Ago	1,7481	1,5543	2,0426	2,2908	2,2600	
Set	1,7433	1,6032	2,0329	2,3637	2,2515	
Out	1,6804	1,8804	2,0254	2,2118	2,4617	
Nov	1,7036	1,7499	2,0306	2,2462	2,4833	
Dez	1,7044	1,7922	2,1115	2,3443	2,5618	

Evolução do Dólar - 2013 a 2015



Evolução do Dólar- Julho 2015



II. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

9.1. DESEMPENHO EM MAIO DE 2015

I. INTRODUÇÃO

Em maio de 2015, o varejo do Paraná mesmo tendo uma data tradicional de vendas- “dia das mães”-, não atingiu a mesma intensidade do ano anterior em função de fatores conjunturais limitantes na economia. Quando comparadas ao mês anterior, as vendas de maio indicam crescimento de 3,17%, tendo um dia útil a mais; por outro lado, em relação ao mesmo mês de 2014, houve redução de 8,17%. No acumulado do ano, o período janeiro-maio de 2015 apresentou queda de 3,42%.

Dias úteis de abertura e funcionamento do comercio				
	2015	Mai: 25	Abril: 24	Março: 24
	2014	Mai: 26	Abril: 23,5 (*)	Março: 23,5

(*): Carnaval.

O mês de maio é um período em que tradicionalmente, a economia começa a sinalizar as novas tendências para o restante do ano, após captar os indicativos do primeiros meses. É um período no qual se espera uma inversão de comportamento, após as limitações e sazonalidades típicas de janeiro-março que restringem o varejo. No entanto, não ocorreram fatores de aquecimento, demonstrando que o contexto econômico ainda não engrenou.

Repercutem atualmente sobre as economias brasileira e paranaense e também sobre as vendas do varejo, uma combinação de variáveis macroeconômicas que repercutem, direta ou indiretamente, de forma a restringir o varejo, tais como: inflação maior que a do mesmo período de 2014; juros crescentes do Banco Central e do sistema financeiro; queda no desempenho indústria; restrições ao financiamento de imóveis; balança comercial do país negativa; desemprego crescente e redução na criação de novas oportunidades de trabalho; queda da massa de salários na economia e do poder de compra do consumidor e da população.

Por outro lado, como o setor público tem sido, historicamente, um grande participante nos gastos de investimentos, verifica-se em 2015 a ocorrência de alterações importantes em termos de reduções nos investimentos e gastos públicos em geral. Os ajustes fiscais programados e/ou previstos pelo governo federal, representam alterações importantes programadas, até mesmo como forma de correção e/ou compensação de desajustes dos anos anteriores do período 2011-2014.

Ainda em termos de adoção de ajustes fiscais, o governo do Paraná também adotou mudanças que se concentraram em elevações de: ICMS e IPVA e redução nas despesas em relação ao ano de 2014. Diante da situação do Tesouro do Estado, de acordo com informações da Secretaria da Fazenda, foram providencias destinadas a compensar desajustes anteriores. No entanto, levaram a uma ampliação dos preços do comercio do Estado e contenção das vendas, como parte de uma crise econômica maior no país. De acordo com o IBGE, Curitiba apresentou em 2015 as taxas de inflação-IPCA mais elevadas no País: de janeiro a junho: 7,37%; e, nos doze meses entre julho/2014 a junho /2015, atingiu 10,20%. Esses percentuais elevados podem ser, em parte, decorrentes do acréscimo do ICMS no Estado, que se refletiu nos preços do comércio.

2. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Maio consta a seguir.

TABELA 20 – VARIACÃO DAS VENDAS EM MAIO DE 2015

Varição das Vendas: MAIO-2015 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	3,11%	2,70%	6,66%	2,27%	1,31%	-4,37%	3,17%
2. Mesmo mês ano anterior	-7,11%	-10,80%	-4,65%	-9,36%	-12,83%	-12,33%	-8,17%
3. Acumuladas no ano	-3,28%	-3,68%	-2,76%	-3,23%	-8,06%	-5,81%	-3,42%

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

3. DESTAQUES NO PARANÁ EM MAIO DE 2015:

3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2014 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Mai) (%)	
1. Calçados	31,49	1. Liv. E papelaria	10,06	1. Liv. E papelaria	11,56
2. Vestuário e tecidos	30,24	2. Supermercados	9,27	2. Supermercados	8,04
3. Lojas de departamentos	9,93	3. Combustíveis	4,42	3. Combustíveis	5,84
4. Óticas, cine-foto-som	8,44	4. Farmácias	0,23	4. Farmácias	5,79
5. Móveis, dec. E útil. Dom.	2,20	5. Lojas de departamentos	-0,32	5. Lojas de departamentos	4,81

3.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2014 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Mai) (%)	
1. Supermercados	-2,99	1. Concessionárias de veículos	-33,55	1. Concessionárias de veículos	-24,29
2. Liv. E papelaria	-0,89	2. Auto peças	-20,23	2. Auto peças	-14,03
3. Farmácias	0,47	3. Calçados	-15,48	3. Calçados	-11,43
4. Combustíveis	1,36	4. Móveis, dec. E útil. Dom	-8,09	4. Vestuário e tecidos	-6,21
5. Mat. De construção	1,41	5. Mat. De construção	-5,83	5. Mat. De construção	-1,26

3.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2015 (acumulado Jan-Mai):

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
Maior crescimento	Óticas, cine-foto-som 15,74	Combustíveis 10,12	Liv. E papelaria 9,26	Mat. De construção 13,44	Liv. E papelaria 8,54	Vestuário e tecidos 16,31
Menor crescimento	Concessionárias de veículos -27,75	Móveis, dec. E útil. Dom -20,66	Concessionárias de veículos -39,50	Concessionárias de veículos -25,90	Concessionárias de veículos -28,75	Liv. e Papelaria -23,99

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ EM 2015

As vendas de janeiro-maio do corrente ano apresentam crescimento inferior em relação ao mesmo período de 2014. Contribui para isso o cenário de dificuldades por que passa a economia brasileira. Para o restante de 2015, as perspectivas são de continuidade da queda nas vendas de bens duráveis: eletroeletrônicos, linha branca e móveis. Outros ramos que anteriormente aqueceram a economia, até início de 2014, apresentam agora uma inversão de comportamento: é o caso de concessionárias de veículos, mas que afeta também, de forma menos intensa, o comércio de materiais de construção.

Existe uma tendência maior do consumidor paranaense, em especial os de menores rendas-classes C, D e E, em privilegiar aquisição de bens não duráveis essenciais como alimentos, higiene, e medicamentos, comercializados pelos segmentos de supermercados e hipermercados e farmácias. Outro ramo do comércio que também trabalha com bens não duráveis é o de combustíveis e lubrificantes, que apresenta um crescimento condicionado aos limites da renda e do emprego.

Grande parte dos consumidores demonstram expectativas negativas em relação ao desempenho da economia no restante do ano e também para o 1.º semestre de 2016, condicionada por queda na renda pessoal e familiar, incerteza quanto a manutenção dos empregos, maior tributação com ampliação da absorção de renda do consumidor pelo governo. Todos estes são fatores que levam as famílias, principalmente as classes de renda C, D e E, a optarem pela aquisição de bens básicos e não de bens duráveis. Resta então adiar a compra de produtos que não representam necessidade imediata ou não se demonstrem essenciais.

IV. CONCLUSÃO

A conjuntura econômica atual mais as perspectivas restritivas, somados a um ambiente psicológico negativo para os próximos meses, constituem fatores restritivos para o comércio, para a indústria e para o consumidor. Nesse sentido, podem ser destacados alguns componentes:

- a) juros crescentes;
- b) inflação ascendente;
- c) balança comercial negativa;
- d) indústria de transformação enfrenta bloqueios à produção em um ambiente recessivo;
- e) investimentos públicos inexistentes ou abaixo do necessário;
- f) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor e do respectivo poder de compra, o que resulta em adiamento de gastos ou compromissos financeiros;
- g) redução e/ou restrições nos financiamentos;
- h) preços administrados pelo governo crescentes: energia elétrica; água e saneamento, telecomunicações;
- i) inadimplência apresenta valores elevados;
- i) transporte coletivo urbano teve acréscimo nas tarifas.

A valorização recente do dólar em relação ao real-R\$, ainda não se refletiu em estímulo às exportações brasileiras, até porque depende de providências de exportadores e importadores para negociação e “fechamento” de contratos para novos negócios. Na verdade, são providências burocráticas e administrativas, com um roteiro extenso e que consomem muito tempo. Ademais, cumpre destacar a reduzida participação de produtos de alto valor agregado e elevada tecnologia no total das exportações brasileiras.

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

TABELA 21 – VENDAS EM MAIO DE 2015 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (ABRIL DE 2015)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	7,08	2,79	0,58	-9,99	-19,06	-6,55
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	0,63	15,75	11,83	8,58	-10,54	19,71
3. Autopeças e Acessórios	3,82	---	7,80	-5,19	2,53	-6,83
4. Materiais de Construção	4,13	-1,76	9,56	1,65	9,32	0,60
5. Lojas de Departamentos	4,97	16,98	12,25	10,66	18,06	-7,43
6. Supermercados	-2,70	-4,11	-5,64	-0,95	---	-8,17

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 22 – VENDAS EM MAIO DE 2015 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (MAIO DE 2014)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-35,86	-16,57	-47,65	-44,33	-46,33	-19,31
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	-6,64	-23,72	-14,81	1,95	-30,57	-11,88
3. Autopeças e Acessórios	-21,25	---	-5,24	-27,7	-5,47	-6,33
4. Materiais de Construção	-4,44	-11,22	-8,67	9,22	3,87	9,37
5. Lojas de Departamentos	-4,15	-0,96	3,26	10,01	2,57	-20,12
6. Supermercados	13,14	-1,5	4,94	4,26	---	-8,06

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2015 (Jan-Mai) COMPARADAS A (Jan-Mai) DE 2014

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-27,75	-12,77	-39,5	-25,9	-28,75	-10,79
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	3,27	-20,66	-15,37	-1,6	-22,89	-8,58
3. Autopeças e Acessórios	-15,5	---	-5,76	-12,63	-4,25	-0,97
4. Materiais de Construção	-0,04	-7,34	2,8	13,44	5,23	13,11
5. Lojas de Departamentos	3,45	2,99	5,05	12,42	6,3	-11,49
6. Supermercados	10,84	-0,63	5,11	4,4	---	-3,35

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-PR

TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR
(Variação em Relação ao Mês Anterior)

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
2013	---	---	---	---	---	---	---
2014	---	---	---	---	---	---	---
Jan	-15,42	-19,32	-18,87	-15,60	0,00	-16,60	-16,39
Fev	-6,49	-9,58	-7,98	0,85	-3,02	-11,71	-6,54
Mar	4,87	1,39	7,94	2,99	3,19	-0,88	4,24
Abr	2,18	11,99	1,58	5,65	-2,58	-6,88	4,38
Mai	-0,41	4,21	7,89	5,11	2,14	-10,21	1,64
Jun	-6,01	-10,57	-7,41	-16,35	-8,98	-10,08	-8,12
Jul	15,31	8,46	1,49	11,22	5,92	25,00	12,32
Ago	-1,41	-0,60	-2,13	-3,56	8,85	-8,91	-1,42
Set	-0,10	-3,49	-5,15	3,19	0,77	-5,10	-0,85
Out	7,55	7,01	5,86	5,48	4,00	6,72	7,01
Nov	-1,21	-2,77	-1,82	5,7	-2,12	3,51	-0,74
Dez	6,88	16,82	31,24	-2,86	12,65	12,64	9,79
2015	--	--	--	--	--	--	---
Jan	-12,43	-19,22	-24,02	-18,10	4,47	-21,37	-15,56
Fev	-11,06	-17,58	-11,87	-4,21	-9,17	-9,84	-11,74
Mar	19,01	14,92	13,95	14,97	1,27	23,29	17,09
Abr	-12,05	-3,06	-5,45	-8,12	-1,53	-12,09	-9,18
Mai	3,11	2,70	6,66	2,27	1,31	-4,37	3,17
(Variação Acumulada no Ano)							
Jan - Mai/15 Sobre Jan - Mai/14	-3,28	-3,68	-2,76	-3,23	-8,06	-5,81	-3,42

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comércio da Fecomércio-PR (Consulta em 22/07/2015)

10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ

Desde 2007, o menor número de empresas abertas no Paraná foi no ano de 2014, um desempenho baixo que demonstra uma contenção da atividade econômica no Paraná, como reflexo do quadro restritivo no Brasil, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2014.

Motivado por fatores de estímulo ao empreendedorismo mais os incentivos e facilidades para as franquias, verificou-se uma abertura de empresas no Paraná significativa, principalmente entre 2008 e 2013. Muitas empresas surgiram na sequência da valorização e importância do empreendedorismo, e o acesso às informações sobre o tema. Por trás disso, como pano de fundo, se destacava um mercado crescente, especialmente no ramo de alimentos e franquias.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais o ano novo. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Nas empresas abertas, predominam as micros e pequenas.

Os fatores de estímulo ao surgimento de novas empresas atualmente no comércio paranaense, enfrentam mecanismos restritivos para conter a inflação: juros maiores; valorização do dólar; PIB em queda; acúmulo de estoques em vários ramos da indústria de transformação; menores vendas do comércio que é a derradeira etapa da cadeia produtiva. O ano de 2015 começa com a extinção de instrumentos de aquecimento: IPI para automóveis; linhas de financiamento; maior *spread bancário*; redução de obras públicas.

TABELA 25 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
2006	16.569	0	26.459	840	148	42	44.058
2007	17.888	0	29.033	610	150	35	47.716
2008	18.904	0	33.002	956	170	55	53.087
2009	21.672	0	33.327	776	202	46	56.023
2010	20.843	0	32.988	752	280	91	54.954
2011	21.927	0	33.074	1.049	195	80	56.325
2012	19.348	2.392	28.774	901	186	142	51.743
2013	19.109	3.864	28.431	758	186	79	52.436
2014	16.056	4.836	23.901	653	195	69	45.721
Abr	1.307	367	2.007	59	16	7	3.764
Mai	1.517	411	2.138	52	21	8	4.135
Jun	1.353	385	1.968	60	12	6	3.791
Jul	1.472	484	2.231	53	18	5	4.259
Ago	1.432	360	2.068	65	31	8	3.953
Set	1.410	499	2.077	73	12	6	4.087
Out	1.361	487	2.085	59	20	7	4.013
Nov	1.200	413	1.760	44	24	3	3.436
Dez	826	342	1.453	43	15	0	2.689
2015*	6.527	2.058	8.743	350	79	19	17.779
Jan	1.101	362	1.461	37	23	3	2.987
Fev	1.249	401	1.714	104	10	0	3.481
Mar	1.765	539	2.362	77	19	9	4.771
Abr	1.280	432	1.805	69	18	4	3.608
Mai	1.132	324	1.401	63	9	3	2.932

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 05/08/2015)

- (1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)
 (2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
 (3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.
 (*) Soma dos valores de janeiro até março de 2015

11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

O índice de falências no Brasil em junho manteve a tendência de crescimento, atingindo 96, o maior do semestre. Os valores do 1.º semestre de 2015 são maiores que os do mesmo período de 2014, um indicativo de maiores dificuldades na economia no período. O índice de falências decretadas reflete características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam o desempenho de empresas. Representa indicativo importante sobre o sucesso ou não das políticas econômicas, e pode apontar para a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar também que o comércio vem adotando precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, visando reduzir as inadimplências. As políticas econômicas adotadas até 2014 para incentivo ao consumo, resultaram em maior endividamento do consumidor, esgotamento do seu poder de compra e comprometimento da capacidade de pagamento.

Cumpra-se também a possibilidade de deficiência ou má gestão dos negócios pelos responsáveis pelas empresas. Em um ano difícil como foi 2014, a habilidade dos empresários na condução dos respectivos negócios é requerida ao máximo. Mas é inegável que todos os fatores apontam que em 2015, haverá limitações muito maiores ao sistema produtivo, se comparado a acontecimentos anteriores a partir de 2011.

Os juros elevados e a inflação crescente restringem a demanda. O consumo privado teve outra limitação: a deficiência no desempenho da indústria de transformação gerou um efeito multiplicador negativo que comprometeu não só as vendas do comércio mas também o PIB do País como um todo.

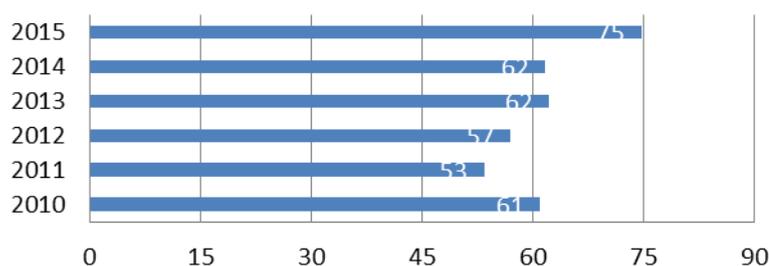
Um fator sazonal a destacar é a queda de falências em novembro-dezembro, comparada aos outros meses, pelas características do aquecimento das vendas no período e utilização do 13.º salário pelo consumidor para regularizar dívidas e compromissos financeiros com credores.

Os aumentos em tributação, energia elétrica, água e saneamento, taxa de câmbio, inflação, queda na renda disponível, afóra outros, entram no contexto das dificuldades de 2015.

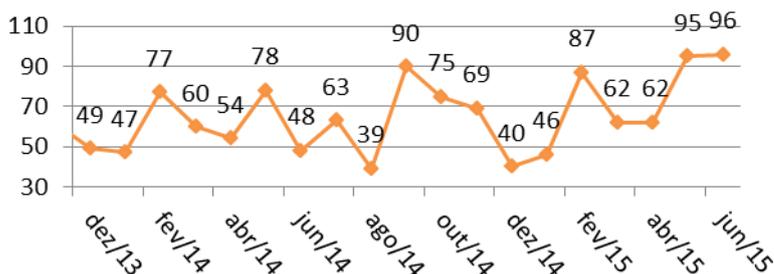
TABELA 26 – FALÊNCIAS NO BRASIL

Período	Índice
2009	76
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
Abr	54
Mai	78
Jun	48
Jul	63
Ago	39
Set	90
Out	75
Nov	69
Dez	40
2015	-
Jan	46
Fev	87
Mar	62
Abr	62
Mai	95
Jun	96

FALÊNCIAS NO BRASIL
(Índice médio anual)



EVOLUÇÃO DAS FALÊNCIAS NO BRASIL



12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA**12.1. Demanda de Crédito**

A demanda de crédito em junho, comparada ao mês anterior, caiu: de 124,6 para 121,7. Uma queda na demanda de crédito pode indicar mudança no padrão de gastos do consumidor, adiando ou restringindo as despesas. Pode também apontar redução nos negócios e atitude mais conservadora dos consumidores quanto às despesas. Por outro lado, a maior demanda de crédito pode indicar regularização do poder de compra e aumento da renda disponível que permitem conceder créditos e ampliar negócios. As políticas de aquecimento da demanda e incentivo às compras até meados de 2014, estimularam o consumidor a assumir créditos e financiamentos, mesmo comprometendo a quitação de débitos antigos, situações em que ultrapassaram os limites de segurança de endividamento em relação à renda. A partir do último quadrimestre de 2013 apresenta queda. A ascensão das classes D e E permitiu que mais consumidores assumissem financiamentos até 2014. No momento atual, 2015, a perspectiva de aumento de impostos e outros custos resultam em menor consumo e menor demanda de crédito no semestre.

TABELA 27 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)

Ano: 2014/2015	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Jun/14	117,4	125,5	124,5	102,1	106,8	129,2	111,1	107,8	106,2	108,0	108,6	110,5
Jul/14	131,5	141,6	142,6	112,4	118,5	144,7	124,3	120,4	117,9	119,7	121,3	123,4
Ago/14	133,1	140,6	146,3	124,5	128,5	152,6	133,5	128,1	124,9	126,4	128,4	131,6
Set/14	132,8	141,9	145,6	121,3	125,6	151,8	130,6	125,9	123,5	125,5	126,7	129,4
Out/14	135,3	142,2	147,2	122,6	131,3	155,7	134,0	129,7	127,4	129,6	130,2	133,1
Nov/14	129,5	133,2	143,1	117,1	120,9	150,5	128,0	120,3	117,4	118,7	119,4	125,1
Dez/14	133,6	143,8	146,1	114,6	122,6	152,2	128,9	122,5	119,8	121,0	122,2	126,8
Jan/15	135,6	142,6	143,5	113,7	117,3	145,1	125,0	120,2	117,7	119,5	120,8	123,6
Fev/15	118,7	130,7	126,0	101,7	105,5	129,2	111,2	107,6	105,6	107,5	108,6	110,4
Mar/15	134,2	149,7	148,6	119,3	122,0	150,9	129,9	124,4	121,7	123,4	124,6	128,1
Abr/15	118,6	131,2	129,9	105,1	107,0	132,7	114,0	109,1	106,8	108,3	109,4	112,5
Mai/15	127,3	146,7	133,8	116,4	122,3	143,7	125,8	121,7	119,3	121,1	122,3	124,6
Jun-15	124,4	141,9	131,0	116,1	118,6	139,8	122,6	119,0	116,8	118,4	119,9	121,7

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 24/07/2015)

12.2. Inadimplência

Inadimplente é considerado o comprador que atrasa o pagamento em mais de 90 dias. Os índices de 2015, cresceram bastante em relação aos números de 2014, este um ano em que o menor índice foi 143, indicando crescimento de 47 pontos até chegar ao valor de junho/2015: 190,6. Os índices de 2014 apontam valores superiores aos de 2013. O valor médio do índice a partir de dezembro-2014 acima de 150 pontos/mês prevalece em 2015, influenciado em grande parte pelo esgotamento do poder de compra, queda na renda do consumidor ou mal planejamento. Alguns fatos novos impedem ou adiam a regularização, especialmente no quadro recessivo vigente. A elevação da inadimplência indica esgotamento do poder de compra do consumidor, vinculado a financiamentos que comprometem sua capacidade de pagamento. Em 2015, o crescimento da inadimplência preocupa pois compromete compras futuras dos consumidores e as vendas do comércio. Importante ao comércio é abrir possibilidade de renegociações de dívidas, com juros menores ou prazos maiores.

TABELA 28 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE INADIMPLÊNCIA – PESSOA FÍSICA – SEM AJUSTE SAZONAL (MÉDIA DE 2009 = 100)

Ano: 2014/2015	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Jun/14	251,3	135,4	84,8	49,7	154,4
Jul/14	266,5	135,8	102,8	55,5	160,5
Ago/14	274,1	134,7	83,5	48,4	160,2
Set/14	265,5	135,8	97,5	48,7	158,9
Out/14	255,8	136,5	107,6	50,7	157,4
Nov/14	247,9	138,7	125,7	44,7	155,5
Dez/14	259,9	143,2	142,7	51,4	163,1
Jan/15	286,9	143,6	286,9	143,6	169,8
Fev/15	291,4	140,0	112,8	44,7	168,4
Mar/15	284,8	137,8	141,0	55,9	168,7
Abr/15	277,3	149,1	120,1	49,9	171,7
Mai/15	291,0	157,3	128,4	48,9	180,0
Jun/15	320,7	161,2	134,5	48,3	190,6

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Inadimplência do Consumidor) (Consulta em 24/07/2015)

- (1) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras.
 (2) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos.
 (3) Fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (2ª. devolução).

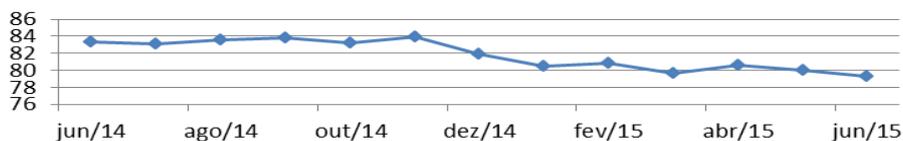
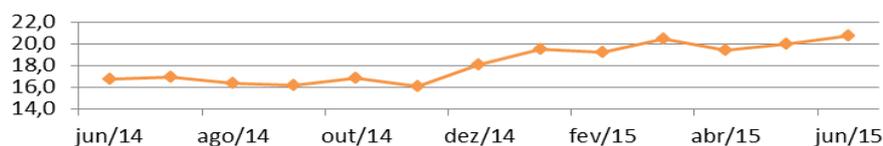
13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA

O NUCI de abril: 80,6, indica redução da utilização da capacidade produtiva em 2015, comparada a 2014. Os valores referentes ao 1.º quadrimestre de 2015 são menores que os verificados em igual período de 2014, o que demonstra uma queda aguda do desempenho da indústria brasileira no corrente ano, e uma ampliação da ociosidade em relação ao verificado em 2014. A combinação de queda na utilização da capacidade produtiva e maior ociosidade, surge num contexto de redução do poder de compra, de maior comprometimento da renda da população, de ampliação do desemprego, de elevação da inflação, os quais, acumulados, comprometem a indústria de transformação brasileira. A economia brasileira apresenta desde 2014 um queda gradativa da velocidade de crescimento do consumo das famílias. O mercado externo não tem apresentado a mesma dinâmica de anos anteriores, e daí prejudicando as exportações de indústria brasileira. A recente desvalorização cambial do real não contribuiu para ampliar exportações industriais, porque o "fechamento" de contratos para novos negócios não ocorre de imediato.

De forma tradicional e considerando um efeito sazonal típico, o NUCI do último bimestre do ano mais o do 1.º mês do ano sinalizam queda na utilização da capacidade produtiva e maior ociosidade. Ou seja, para atender o acréscimo na demanda de dezembro a indústria eleva produção de agosto a outubro e diminui em dezembro. O mês de janeiro revela um período onde a indústria ainda está planejando a atuação para o restante do ano. Um aumento do NUCI revela crescimentos potenciais de emprego, salários, PIB, exportações, e outros.

A redução da ociosidade da capacidade instalada representa uma associação de expansão da demanda, aumento do poder de compra e maior receita tributária para o setor público, a ser revertida na forma de bens e serviços públicos adicionais.

TABELA 29 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (*)		
Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
2007	85,1	14,9
2008	85,2	14,8
2009	80,2	19,8
2010	84,7	15,3
2011	84,0	16,0
2012	83,9	16,1
2013	84,3	15,7
2014	83,4	16,6
Mai	84,1	15,9
Jun	83,3	16,7
Jul	83,1	16,9
Ago	83,6	16,4
Set	83,8	16,2
Out	83,2	16,8
Nov	83,9	16,1
Dez	81,9	18,1
2015	--	--
Jan	80,5	19,5
Fev	80,8	19,2
Mar	79,6	20,4
Abr	80,6	19,4
Mai	80,2	19,8
Jun	79,3	20,7

NUCI NO BRASIL**OCIOSIDADE**

III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

14. ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A arrecadação federal em cada mês do semestre janeiro-junho de 2015 em valores correntes, segue a mesma tendência de 2014: elevação em janeiro, queda em fevereiro e março e nova ascensão em abril. Em valores constantes, o 1.º semestre de 2015 indica queda em relação ao mesmo período do ano anterior. As vendas em queda da indústria automotiva e linha branca foram componentes importantes para a contenção, mas também a restrição econômica por que passa a economia brasileira. Após adotar alguns incentivos antes das eleições de 2014, o governo extinguiu os mesmos após as eleições e para 2015.

Fatores conjunturais imediatos apontam para 2015 indícios de queda na arrecadação do governo, vinculada à contenção do ritmo da economia. Visando superar uma possível queda, muito associada ao cenário de crise econômica, o governo federal deverá implementar ajustes fiscais, com elevação de alíquotas, redução de incentivos vê até mesmo criação de novas taxas e contribuições. O "ajuste fiscal" e o corte no orçamento podem conter ainda mais a economia.

Fatos sazonais ocorrem na receita do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas do período; janeiro, tradicionalmente, é o mês de maior arrecadação federal, devido ao recolhimento referente ao mês anterior, o de maiores vendas do ano; fevereiro e março são os meses de menores arrecadações.

Os produtos de alta e média tecnologia, grandes geradores de impostos, com reduzida presença na produção brasileira, tem pequena participação no "bolo" da arrecadação.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social ⁽¹⁾; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destina-se a custear programas e políticas públicas, a máquina pública e pagamento da dívida pública.

TABELA 30 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Mar/2015 (IPCA)	Variação %
2011	969.892	1.239.299	27,78
2012	1.029.260	1.248.030	21,26
2013	1.138.326	1.299.576	14,17
2014	1.187.943	1.275.732	7,39
Fev	83.137	91.373	9,91
Mar	86.621	94.331	8,90
Abr	105.884	114.538	8,17
Mai	87.897	94.644	7,68
Jun	91.387	98.010	7,25
Jul	98.816	105.967	7,24
Ago	94.378	100.954	6,97
Set	90.722	96.493	6,36
Out	106.215	112.502	5,92
Nov	104.470	110.094	5,38
Dez	114.748	119.981	4,56
2015	607.208	621.080	2,28
Jan	125.282	131.384	4,87
Fev	89.982	93.227	3,61
Mar	94.112	96.236	2,26
Abr	109.241	110.919	1,54
Mai	91.500	92.223	0,79
Jun	97.091	97.091	0,00

TABELA 30.1 – ARRECAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Jun/15 – IPCA) Jun/2015 (R\$ milhões)

Imposto sobre importação	3.175
IPI Total	3.907
IR Total	26.816
IR Pessoa Física	2.668
IR Pessoa Jurídica	6.131
IR Retido na Fonte	18.017
IOF	3.141
COFINS	16.413
PIS / PASEP	4.439
CSLL	3.379
Cide – Combustíveis	473
Outras Receitas	2.255
Receita Previdenciária	28.955
Receita Administrada por Outros Órgãos	1.852
TOTAL DAS RECEITAS	97.091

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 03/08/2015)

TABELA 31 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2010 a 2013 (Em R\$ Bilhões)

Componentes	2010	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto	3.674,96	4.140,00	4.392,09	4.844,82
Arrecadação Tributária Bruta	1.233,49	1.463,00	1.574,59	1.741,66
Carga Tributária Bruta	33,56%	35,31%	35,85%	35,95%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2013) (Consulta em 03/08/2015)

- (1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, com finalidade de custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência social.
- (2) A arrecadação refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos).

15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI

A DPFI em junho de 2015 chegou a R\$ 2.584 bilhões, em parte como decorrência da elevação dos juros SELIC pelo Banco Central e também um indicativo das dificuldades da economia brasileira, nas condições atuais impedem a viabilização, no curto prazo, de queda da dívida pública federal interna-DPFI. A tendência, no cenário atual, é de crescimento da dívida ao longo do ano. A administração ou gestão dessa dívida mostra maior velocidade no respectivo crescimento a partir de 2010. Ou seja, as providências adotadas até 2009, mais rígidas e com maior poder de controle, foram mais eficientes. Mas, a partir daí houve flexibilização, em parte devido os gastos crescentes do governo após 2010. Ocorre um descontrole nos padrões adotados até então, o que limita e condiciona o comportamento da receita que apresenta queda nos superávits primários mês a mês. Papel importante cabe à identificação seletiva de diferentes componentes dessa dívida, em termos da relação entre objetivos buscados e viabilizados e, de outro lado, os benefícios econômicos e sociais atingidos.

A maior parte da dívida é para pagamento a médio e longo prazo; não é dívida de curto prazo. Além disso, governo e credores podem fazer renegociações em relação ao débito, com mudanças nas taxas de juros, redefinir prazos extras adicionais ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros aos diferentes credores, quando o governo via Banco Central, aumenta a taxa de juros SELIC do Banco Central, a dívida cresce refletindo esse acréscimo; por outro lado, se a SELIC cai, verifica-se menor expansão da dívida pública. A velocidade de crescimento da dívida em 2010-2013, mais atual, superou o período 2007-2009.

TABELA 32 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA

Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) ⁽¹⁾	Variação (%)
2007	1.333,75	4,77
2008	1.397,34	4,77
2009	1.497,39	7,16
2010	1.694,04	13,13
2011	1.866,35	10,17
2012	2.007,98	7,59
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
Jun	2.202,97	3,77
Jul	2.173,18	-1,35
Ago	2.169,54	-0,17
Set	2.183,60	0,65
Out	2.155,37	-1,29
Nov	2.208,96	2,49
Dez	2.295,90	3,94
2015	--	--
Jan	2.247,88	-2,09
Fev	2.329,62	3,64
Mar	2.441,20	4,79
Abr	2.451,47	0,42
Mai	2.496,23	1,83
Jun	2.583,69	3,50

Evolução da Dívida Pública Federal



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 03/08/2015)

(1) Valores correspondentes ao saldo acumulado no ano.

16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

A conta do superávit primário em janeiro-junho de 2015 teve valores menores em comparação com igual período de 2014. No corrente ano tem-se superávit de R\$ 4.511 milhões. A existência de superávit primário nas contas públicas corresponde, no mesmo exercício fiscal, a um valor de receitas superiores às despesas, sem considerar gastos com juros. Significa, portanto, uma poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. O desempenho e evolução do superávit são referências para investidores estrangeiros medirem a capacidade de um país pagar suas dívidas de forma contínua e regular. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, ou do tamanho do corte nos gastos públicos ou de uma arrecadação cujo aumento seja superior aos gastos. Uma receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete melhor desempenho da economia.

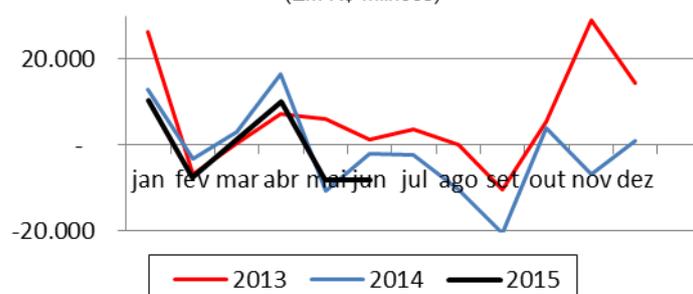
A queda no superávit primário ou um valor negativo pode indicar: a) menor arrecadação - seja por uma queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas tributárias, ou ainda pela concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos determinados; b) maiores gastos públicos. Sob outra perspectiva, a existência do superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de responsabilidade do governo: investimentos e infraestrutura em geral, salários, política social ou outras. Ou seja, o superávit obtido pode ser decorrente da contenção (ou adiamento) de gastos públicos. O governo pode optar por gastar depois ou não ter consciência de que é preciso efetuar despesas que beneficiem a população.

Os dados de 2012 e 2013 indicam queda no superávit primário do governo federal em relação a 2011, em parte influenciado pelas reduções tributárias destinadas ao reaquecimento, pelo menor desempenho da indústria e aceleração de gastos em obras de programas públicos federais. Em 2014, os números negativos indicam a manutenção com ampliação desse quadro.

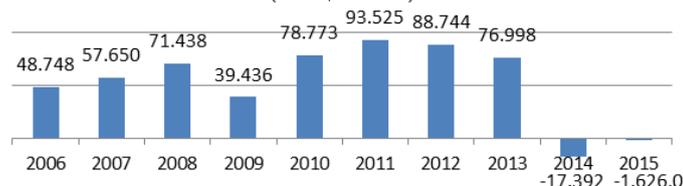
**TABELA 33 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
- GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL
(Em R\$ Milhões)**

Período	Resultado do Governo (1)	Varição Percentual (%)
2005	52.673	6,75
2006	48.748	-7,45
2007	57.650	18,26
2008	71.438	23,92
2009	39.436	-44,80
2010	78.773	99,75
2011	93.525	18,73
2012	88.744	-4,91
2013	77.072	27,56
2014	-17.392	-122,59
Mar	3.174	203,09
Abr	16.597	422,92
Mai	-10.502	-163,28
Jun	-1.946	81,47
Jul	-2.197	-12,88
Ago	-10.423	-374,44
Set	-20.400	-95,72
Out	4.101	120,10
Nov	-6.711	-263,64
Dez	1.039	115,49
2015	-1.626,0	-108,49
Jan	10.405	901,28
Fev	-7.357,8	-170,71
Mar	1.463,7	119,89
Abr	10.119,3	591,34
Mai	-8.050,8	-179,56
Jun	-8.205,7	1,92

**EVOLUÇÃO MENSAL DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
(Em R\$ milhões)**



**EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (2)
(Em R\$ milhões)**



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 03/08/2015)

- (1) Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários.
(2) Valores anuais referentes a soma acumulada no ano.

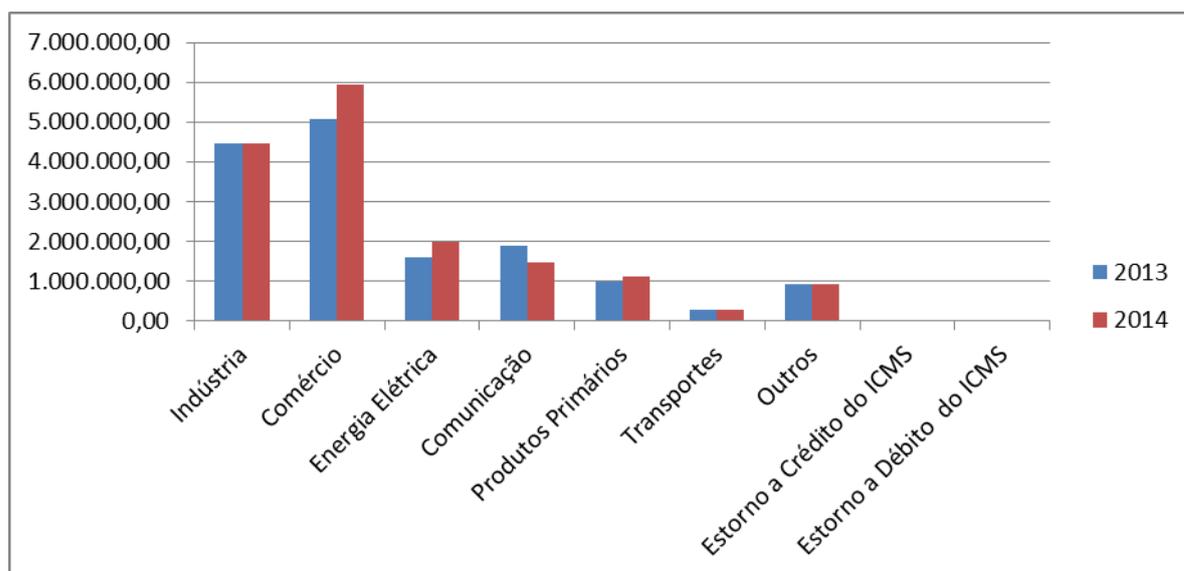
17. O ICMS NO PARANÁ

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é a principal fonte de arrecadação dos governos estaduais. Existe uma “guerra” fiscal entre os estados da Federação, onde cada um estabelece alíquotas de ICMS diferenciadas em relação aos demais com o objetivo de atrair empresas ou obter outras formas de benefícios. O Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ é encarregado de decisões relativas ao ICMS sendo, no entanto, necessário à unanimidade para a aprovação. Isto não ocorrendo, continua a prevalecer as diferenças de alíquotas entre os Estados.

Foi aprovado um projeto de lei pelo Legislativo federal, atribuindo ao governo federal, a partir de 2013, a definição de alíquotas tributárias do ICMS e a regulamentação da cobrança do ICMS. No entanto, a questão permanece ainda no formato de projeto.

TABELA 34 – PARANÁ: ARRECADAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE (Em R\$ milhares)				
Ordem	Setor de Atividade	2013	2014	Varição Percentual (%)
1	Indústria	4.474.576,68	4.466.977,11	-0,17
2	Comércio	5.081.902,07	5.927.071,81	16,63
3	Energia Elétrica	1.601.736,19	1.982.615,06	23,78
4	Comunicação	1.879.666,78	1.454.626,66	-22,61
5	Produtos Primários	992.582,51	1.100.045,14	10,83
6	Transportes	261.129,59	269.851,98	3,34
7	Outros	906.052,94	906.052,94	0,00
8	Estorno a Crédito do ICMS	0,70	1,95	178,30
9	Estorno a Débito do ICMS	14.998,68	2.264,11	-84,90
---	Total	15.182.648,78	16.104.978,55	6,07

Fonte: www.fazenda.pr.gov.br – (Gestão do Dinheiro Público – Balanço Geral) (Consulta em 02/06/2015)



IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Em julho houve superávit na balança comercial brasileira. Em sete meses, o superávit comercial atingiu é: US\$ 4,6 bilhões.

A queda na cotação do petróleo no mercado mundial motivado, em parte, pelo aumento da produção americana e redução das suas importações e a opção pelo xisto, poderão ajudar a conter o negativo da conta petróleo da Petrobrás, o que é conveniente para o saldo comercial do país. No entanto poderá atuar como fator de adiamento da exploração interna de petróleo.

O déficit no saldo comercial de 2014 pode ser explicado por: recuperação dos EUA; restrições de países do Euro; menores vendas para Argentina; menor crescimento da China; alta tributação e efeito *casca*; expansão da importação de petróleo; pequena participação de produtos de alta/média tecnologia nas exportações; predomínio de *commodities* nas exportações (menor valor agregado). Os preços chineses afetaram a competitividade brasileira.

Se o dólar valorizado em 2013 (maior poder de compra ao importador externo) não permitiu elevar exportações devido fatores já mencionados, por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi superada; não é a curto prazo que o perfil industrial do país se altera ou recupera, considerando as limitações competitivas vigentes. Cumpre recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e mais empregos criados.

TABELA 35 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*	Variação (%)
2007	160.649	16,58	120.617	32,04	40.032	-13,83
2008	197.942	23,21	172.985	43,42	24.958	-37,66
2009	152.995	-22,71	127.722	-26,17	25.272	1,26
2010	201.915	31,98	181.768	42,32	20.147	-20,28
2011	256.040	26,81	226.240	24,47	29.799	47,91
2012	242.580	-5,26	223.149	-1,37	19.431	-25,23
2013	242.183	-0,2	239.623	7,4	2.560	-87,2
2014	225.101	-7,05	229.031	-4,42	-3.930	-253,53
Mar	17.628	10,63	17.516	-3,01	112	-105,27
Abr	19.724	11,89	19.218	9,72	506	351,79
Mai	20.752	5,21	20.040	4,28	712	40,71
Jun	20.467	-1,37	18.102	-9,67	2.365	232,16
Jul	23.025	12,50	21.450	18,50	1.575	-33,40
Ago	20.465	-11,12	19.297	-10,03	1.168	-25,84
Set	19.617	-4,14	20.556	6,52	-939	-180,39
Out	18.230	-7,07	19.507	-5,10	-1.277	-35,99
Nov	15.646	-14,17	17.996	-7,75	-2.350	-84,02
Dez	17.491	11,79	17.198	-4,43	293	112,47
2015	112.854	-15,50%	108.254	-19,50%	4.600	-603,65
Jan	13.704	-21,65	16.878	-1,86	-3.174	-1183,28
Fev	12.092	-11,76	14.934	-11,52	-2.842	10,46
Mar	16.979	40,42	16.521	10,63	458	116
Abr	15.156	-10,74	14.665	-11,23	491	7
Mai	16.769	10,64	14.008	-4,48	2.761	462
Jun	19.628	17,05	15.101	7,80	4.527	64
Jul	18.526	-5,61	16.147	6,93	2.379	-47

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 04/08/2015)

(*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

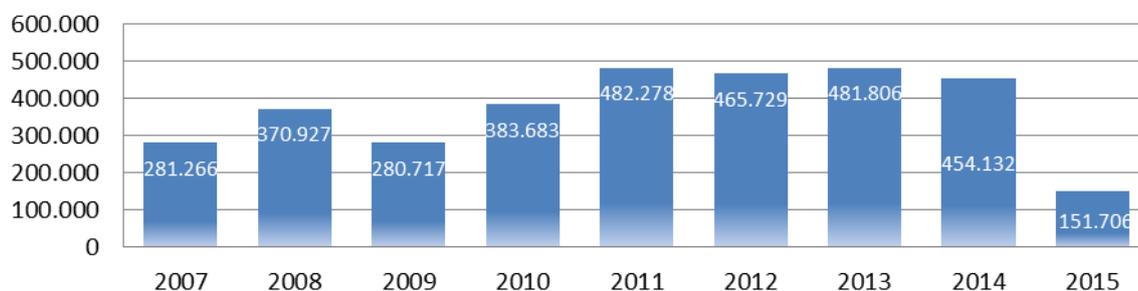
18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 36 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL
(Em US\$ Milhões)

Países	2014 (JAN-DEZ)			2015 (JAN-JUN)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
AELC (1)	3.299	3.911	-611	1.086	1.675	-588
África (2)	9.701	17.061	-7.360	3.861	4.375	-515
Aladi (3)	46.045	37.575	8.471	19.179	14.823	4.357
MERCOSUL(*)	25.053	18.446	6.607	10.447	7.048	3.399
Argentina	14.282	14.143	139	6.478	5.556	922
Paraguai	3.194	1.210	1.983	1.204	478	726
Uruguai	2.945	1.918	1.027	1.353	629	724
Venezuela	4.632	1.174	3.458	1.412	385	1.026
Chile	4.984	4.022	962	1.912	1.684	228
México	3.670	5.363	-1.693	1.665	2.391	-726
Outros (4)	12.338	9.743	2.595	5.156	3.700	1.456
Asia	73.513	71.170	2.343	31.709	30.844	864
China	40.616	37.344	3.273	18.475	16.720	1.756
Coreia do Sul	3.831	8.526	-4.695	1.371	3.184	-1.813
Japão	6.719	5.902	817	2.232	2.644	-412
Outros	22.347	19.399	2.948	9.631	8.297	1.334
Canadá	2.316	2.715	-400	1.041	1.167	-126
EUA (5)	27.145	35.299	-8.154	11.991	14.492	-2.501
Europa Oriental (6)	4.583	4.036	547	1.382	1.644	-263
Oriente Médio	10.419	7.999	2.420	4.803	2.411	2.392
União Europeia	42.047	46.716	-4.668	16.985	19.301	-2.316
Alemanha	6.633	13.838	-7.205	2.851	5.546	-2.695
França	2.918	5.699	-2.780	1.248	2.180	-932
Itália	4.021	6.311	-2.290	1.617	2.550	-932
Países Baixos	13.036	3.168	9.867	4.756	1.452	3.304
Reino Unido	3.827	3.257	570	1.544	1.324	220
Outros (7)	22.347	19.399	2.948	9.631	8.297	1.334
Outros	6.033	2.656	3.377	2.293	1.375	917
Opep (8)	16.866	21.557	-4.691	6.722	5.357	1.365
Total	225.101	229.137	-4.036	94.329	92.107	2.222

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)
(Consulta em 03/08/2015)

As restrições impostas pela Argentina às exportações brasileiras prejudicam a balança comercial nacional, a indústria exportadora brasileira e paranaense. Também o MERCOSUL perde com as medidas adotadas pela Argentina.

Brasil: Corrente de Comércio (*)
Em US\$ milhões

(*) Dados de 2015 referentes ao acumulado no ano.

CORRENTE DE COMÉRCIO: obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com balança comercial, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

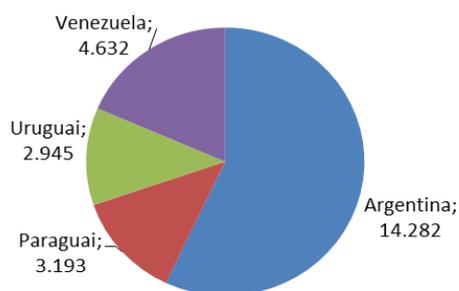
Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 37 - INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

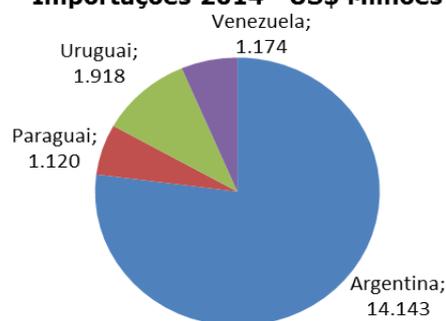
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2015 (Jan-Jun)						
Argentina	6.478	6,87	5.556	6,03	922	12.034
Paraguai	1.204	1,28	478	0,52	727	1.682
Uruguai	1.353	1,43	629	0,68	724	1.982
Venezuela	1.412	1,50	385	0,42	1.026	1.797
MERCOSUL	10.447	11,07	7.048	7,65	3.399	17.495
Total	94.329	100	92.108	100	2.221	186.438
2014						
Argentina	14.282	6,34	14.143	6,18	139	28.425
Paraguai	3.193	1,42	1.120	0,49	2.073	4.313
Uruguai	2.945	1,31	1.918	0,84	1.027	4.863
Venezuela	4.632	2,06	1.174	0,51	3.458	5.806
MERCOSUL	25.052	11,13	18.355	8,01	6.697	43.407
Total	225.101	100	229.031	100	-3.930	454.132
2013						
Argentina	19.615	8,10	16.463	6,87	3.153	36.078
Paraguai	2.997	1,24	1.040	0,43	1.957	4.036
Uruguai	2.071	0,86	1.767	0,74	304	3.838
Venezuela	4.850	2,00	1.181	0,49	3.669	6.031
MERCOSUL	29.533	12,19	20.450	8,53	9.083	49.983
Total	242.183	100,00	239.623	100,00	2.560	481.806
2012						
Argentina	17.998	7,42	16.444	7,37	1.554	34.442
Paraguai	2.618	1,08	988	0,44	1.630	3.605
Uruguai	2.185	0,90	1.819	0,82	366	4.003
Venezuela	5.056	2,08	997	0,45	4.059	6.053
MERCOSUL	27.856	11,48	20.247	9,07	7.609	48.103
Total	242.580	100,00	223.149	100,00	19.431	465.729
2011						
Argentina	22.709	8,87	16.906	7,47	5.803	39.616
Paraguai	2.969	1,16	716	0,32	2.253	3.684
Uruguai	2.175	0,85	1.754	0,78	421	3.928
Venezuela	4.592	1,79	1.266	0,56	3.325	5.858
MERCOSUL	32.444	12,67	20.642	9,12	11.802	53.086
Total	256.040	100,00	226.240	100,00	29.799	482.280

Fonte: www.mdic.gov.br - (Comércio exterior - Estatística do comércio exterior - Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 10/07/2015)

Exportações 2014 - US\$ Milhões



Importações 2014 - US\$ Milhões



18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**TABELA 38 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2015 (JAN-JUN)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	364,19	16,06
2	Óleos brutos de petróleo	295,12	13,01
3	Automóveis com motor explosão, de cilindrada 1.000 cm3 < cm3 < 1.500 cm3	160,57	7,08
4	Carnes desossadas de bovino	101,73	4,49
5	Máquinas e aparelhos para fabricação	98,79	4,36
6	Chassis com motor diesel e cabina	81,32	3,59
7	Minérios de ferro e seus concentrados	79,23	3,49
8	Tratores rodoviários para semi-reboques	72,84	3,21
9	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	59,49	2,62
10	Outros veículos automóveis com motor a explosão	59,45	2,62
11	Adubos minerais ou químicos, que contenham os três elementos	57,95	2,56
12	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	98,80	4,36
13	Outros pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em ônibus	98,59	4,35
14	Outros motores de explosão, para veículos do capítulo 87, de cilindrada superior a 1.000 cm3	98,27	4,33
15	Alumina calcinada	96,88	4,27
16	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	96,40	4,25
17	Automóveis com motor explosão, de cilindrada <= 1.000 cm3	94,97	4,19
18	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas	94,00	4,14
19	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	81,28	3,58
20	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	78,08	3,44
-	Total	2.267,93	100,00

TABELA 39 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2015 (JAN-JUN)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	749,76	19,07
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	581,79	14,80
3	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	466,95	11,88
4	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	336,41	8,56
5	Naftas para petroquímica	306,73	7,80
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	174,34	4,43
7	Malte não torrado, inteiro ou partido	151,23	3,85
8	Outras caixas de marchas	137,69	3,50
9	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3,	121,12	3,08
10	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	108,22	2,75
11	Desodorantes (desodorizantes) corporais e antiperspirantes, líquidos	105,77	2,69
12	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético	88,19	2,24
13	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	87,04	2,21
14	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	82,69	2,10
15	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	81,18	2,06
16	Leite integral, em pó, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5 %	78,41	1,99
17	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	71,20	1,81
18	Cevada cervejeira	70,03	1,78
19	Outros motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87	67,73	1,72
20	Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	65,31	1,66
-	Total	3.931,78	100,00

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 40 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2014		2015
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN-JUN)
1	Estados Unidos	27.027,77	12,01	11.932,64
2	Argentina	14.282,00	6,34	6.478,17
3	Chile	4.984,19	2,21	1.911,96
4	Paraguai	3.193,59	1,42	1.204,32
5	Venezuela	4.632,14	2,06	1.411,52
6	México	3.669,96	1,63	1.664,78
7	Uruguai	2.945,36	1,31	1.352,77
8	Colômbia	2.384,26	1,06	1.064,07
9	Canadá	2.315,56	1,03	1.041,28
10	Bolívia	1.612,36	0,72	728,39
11	Peru	1.817,70	0,81	803,12
12	Equador	822,10	0,37	337,84
13	Bahamas	613,32	0,27	395,52
14	Trinidad e Tobago	534,69	0,24	146,97
15	Cuba	507,78	0,23	203,34
--	Total	225.100,88	100,00	94.329,14

Fonte: www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 10/07/2015)

TABELA 41 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2014		2015
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN-JUN)
1	Estados Unidos	35.006,61	15,28	14.346,37
2	Argentina	14.143,17	6,17	5.555,95
3	México	5.363,01	2,34	2.391,12
4	Chile	4.017,98	1,75	1.682,71
5	Bolívia	3.816,33	1,67	1.419,06
6	Canadá	2.715,47	1,18	1.166,88
7	Uruguai	1.918,47	0,84	628,90
8	Colômbia	1.715,52	0,75	710,64
9	Peru	1.711,58	0,75	644,96
10	Trinidad e Tobago	1.235,27	0,54	693,95
11	Paraguai	1.210,14	0,53	477,80
12	Venezuela	1.174,12	0,51	385,25
13	Porto Rico	299,45	0,13	147,23
14	Costa Rica	278,58	0,12	29,83
15	Equador	142,85	0,06	67,47
16	Total	229.142,51	100,00	92.108,42

Fonte: www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 10/07/2015)

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Principais Produtos Exportados e Importados****TABELA 42 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2015 (JAN-JUN)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo Triturada, Exceto Para Semeadura	12.501,82	24,80
2	Óleos brutos de petróleo	6.399,34	12,69
3	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	4.992,90	9,90
4	Café não torrado, não descafeinado, em grão	2.855,65	5,66
5	Outros açúcares de cana	2.641,76	5,24
6	Bagacos e outros resíduos sólidos, da extr.do óleo de soja	2.572,67	5,10
7	Pasta quim. madeira de n/conif. a soda/sulfato, semi/branq	2.428,11	4,82
8	Minérios de ferro aglomerado p/ processo de peletização	2.170,29	4,31
9	Pedaços e miudezas, comest.de galos/galinhas, congelados	1.956,17	3,88
10	Carnes desossadas de bovino, congeladas	1.761,66	3,49
11	Alumina calcinada	1.280,69	2,54
12	Outros aviões/veículos aéreos, peso > 15000kg, vazios	1.255,83	2,49
13	Outros produtos semimanuf. ferro/aco, c < 0.25%, sec.transv.ret	1.044,81	2,07
14	Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congeladas	1.009,59	2,00
15	Automóveis c/motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passag	1.007,77	2,00
16	Milho em grão, exceto para semeadura	992,74	1,97
17	Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim.pura, sol	906,62	1,80
18	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	885,39	1,76
19	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/aeronaves	881,90	1,75
20	Ferroniobio	863,78	1,71
--	Total	50.409,51	100,00

TABELA 43 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2015 (JAN-JUN)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Óleos brutos de petróleo	3.129,88	13,65
2	"Gasóleo" (óleo diesel)	2.171,33	9,47
3	Gás natural, liquefeito	1.900,59	8,29
4	Automóveis c/motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passag	1.579,54	6,89
5	Naftas para petroquímica	1.559,85	6,80
6	Gás natural no estado gasoso	1.502,18	6,55
7	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	1.360,45	5,93
8	Outras partes para aparelhos receptores radiodif.televisao,etc.	1.232,14	5,37
9	Outros cloretos de potássio	1.085,34	4,73
10	Hulha betuminosa, não aglomerada	1.012,59	4,42
11	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	931,53	4,06
12	Outras gasolinas, exceto para aviação	838,76	3,66
13	Outros veículos automóveis c/motor diesel, p/ carga <= 5t	749,96	3,27
14	Outras caixas de marchas	633,47	2,76
15	Catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta	631,71	2,76
16	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exceto para semeadura	622,59	2,72
17	Outras partes e acess.de carroçarias para automóveis	542,78	2,37
18	Outras partes p/aviões ou helicópteros	522,03	2,28
19	Outros circuitos integrados monolíticos	467,89	2,04
20	Sulfetos de minérios de cobre	449,93	1,96
--	Total	22.924,55	100

Conta Petróleo do Brasil**TABELA 44 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-MAI) FOB**

	2014	2015
Exportação	90.064	74.700
Petróleo e Derivados	9.005	6.903
Demais	81.059	67.797
Importação	94.924	77.005
Petróleo e Derivados	16.611	10.458
Demais	78.313	66.547
Saldo	-4.860	-2.305
Petróleo e Derivados	-7.606	-3.555
Demais	2.746	1.250

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 03/08/2015)

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**18.1. Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna**

Anunciadas ou vigentes desde maio/2010, para estimular o setor exportador e valorizar a produção da indústria nacional. Algumas das decisões não foram implementadas eficientemente e não produziram os efeitos necessários e esperados. As providências são as seguintes:

- 1. Créditos Tributários:** Devolução de 50% dos créditos de PIS/PASEP, COFINS, IPI, acumulados na exportação até 30 dias após o pedido. Atualmente o retorno leva até cinco anos. Terão direito as empresas ;
 - a)** que exportaram pelo menos 30% do faturamento nos últimos dois anos.
 - b)** que sejam exportadoras há no mínimo quatro anos.
 - c)** com tributação pelo lucro real e que utilizem nota fiscal eletrônica.
 - d)** cujo histórico de pedidos de ressarcimento negados não supere em 15% o total solicitado nos últimos dois anos.
- 2. Banco de Fomento:** Criação do EXIM Brasil (no estilo do Eximbank internacional), subsidiário do BNDES especializado em comércio exterior para diminuir burocracia e dar mais rapidez a operações de exportação. Voltado para operações de longo prazo, como bens de capital e serviços de engenharia.
- 3. Micro e Pequenas Empresas:** Poderão exportar até R\$ 2,4 milhões sem a contabilização desse valor no limite de faturamento para enquadramento no Simples, que é também R\$ 2,4 milhões.
- 4. Financiamento:** BNDES poderá destinar R\$ 7 bilhões para linha de exportação de bens de consumo subsidiada pelo Tesouro Nacional.
- 5. Garantias de criação:**
 - a)** FGCE-Fundo Garantidor de Comércio Exterior, que terá transferências de fundo do BNDES.
 - b)** FGIE- Fundo Garantidor de Infraestrutura, que reunirá fundos naval e de energia e as PPP's (Parceria Público-Privada), somando R\$ 5 bilhões.
 - c)** EBS-Empresa Brasileira de Seguros para administrar risco dos fundos garantidores da União e para concessão de seguros com o setor privado.
- 6. Isenção:** Ampliação do "drawback isenção" para o mercado interno, em que os tributos pagos na compra de insumos para produtos exportados poderão ser descontados na reposição de matéria-prima nacional.
- 7. Compras Governamentais:** Produtos nacionais terão preferência nas compras do governo federal. O valor será de até 25% do similar produzido em outro país.
- 8. Autopeças:** Acaba com o desconto de 40% sobre o Imposto de Importação de autopeças para estimular a produção nacional.
- 9. Valorização recente do dólar** (e conseqüente desvalorização do R\$) poderá favorecer exportações, conter a demanda de importados (que participam com 23% a 25% na demanda final), e elevar a produção interna em segmentos específicos.
- 10. Aumento do IPI para carros importados** (set 2011): **passou a vigorar em 2012;**
- 11. Eleva de 3 para 5 anos a cobrança de 6% do IOF:** nas operações de cambio contratadas após 12/03/2012.
- 12. Proteção a produtos da Zona Franca de Manaus:** aumento de 20% p/ 35 do IPI de importados: motos, micro-ondas e aparelhos de ar condicionado.
- 13. Governo anuncia em 01/10/2012 lista de 100 produtos importados** que terão aumento no imposto de importação.
- 14. Final de janeiro de 2013:** Banco Central injeta dólares no mercado, para forçar baixa do dólar no mercado, como parte de uma política anti-inflacionária.
- 15. Junho/2013:** providencias visaram estimular a permanência de US\$ na economia brasileira.
- 16. Dezembro/2013:** aumento no IOF para uso de cartões de crédito no exterior.
- 17. Março/2015:** dólar-US\$ rompe a barreira dos R\$ 3,00.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

O saldo da balança comercial no 1.º semestre foi positivo: US\$ 770 milhões. No ano de 2014, o Paraná teve um saldo negativo na balança comercial de -US\$ 962 milhões, tendo sido este o 4.º saldo negativo seqüencial (desde 2011) nas contas externas do Estado. O dólar valorizado ainda não ajudou a melhorar. A corrente de comércio do Paraná (exportações mais importações) em 2014 atingiu US\$ 33,6 bilhões, valor que sinaliza queda na abertura econômica do Estado em relação ao triênio anterior: 2011 a 2013. O saldo comercial negativo de 2011 a 2014, não ocorria desde 2005.

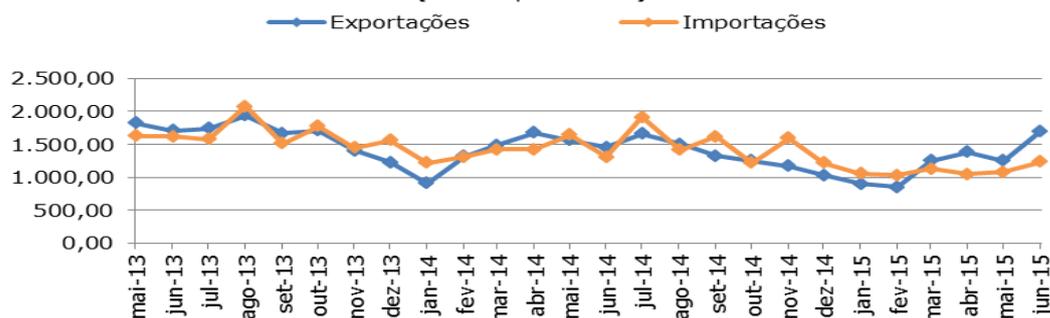
O quadro crítico interno do País, em termos políticos, éticos e morais afetam toda a economia, que ainda tem que carregar a carga negativa dos escândalos do Petrobrás de diversas conotações só contribuem para dificultar ainda mais o desempenho de uma economia como a do Paraná. O início de 2015, coincidente com o início do governo reeleito em 2014, se apresenta, sem dúvida, como um período de crise econômica, aumento de preços, maior tributação e, lamentavelmente, retração nos investimentos.

A crise na economia da Argentina, a sua carência de divisas, mais as exigências adicionais por eles formuladas, dificultam exportações paranaenses para aquele país, prejudicando bastante a indústria do Paraná, que sempre teve naquele país importante e grande mercado.

TABELA 45 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
2007	12.352,86	9.017,99	3.334,87	21.370,85
2008	15.247,18	14.570,22	676,96	29.817,40
2009	11.222,83	9.620,84	1.601,98	20.843,67
2010	14.176,01	13.956,96	219,05	28.132,97
2011	17.394,23	18.767,23	-1.373,00	36.161,46
2012	17.709,59	19.387,10	-1.677,52	37.096,69
2013	18.239,20	19.343,80	- 1.104,60	37.583,00
2014	16.332,15	17.294,27	-962,12	33.626,42
Abr	1.671,43	1.425,21	246,22	3.096,64
Mai	1.560,96	1.645,81	-84,85	3.206,78
Jun	1.457,73	1.306,81	150,93	2.764,54
Jul	1.656,06	1.914,17	-258,11	3.570,23
Ago	1.505,80	1.414,66	91,14	2.920,46
Set	1.328,27	1.615,21	-286,94	2.943,47
Out	1.247,30	1.217,50	29,79	2.464,79
Nov	1.169,22	1.597,83	-428,606	2.767,07
Dez	1.031,59	1.216,05	-184,459	2.247,65
2015	7.343,94	6.573,36	770,58	13.917,30
Jan	903,90	1.055,90	-152,00	1.959,80
Fev	852,61	1.033,05	-180,44	1.885,67
Mar	1.247,26	1.127,00	120,26	2.374,25
Abr	1.383,23	1.043,19	340,04	2.426,42
Mai	1.252,95	1.077,16	175,79	2.330,10
Jun	1.703,99	1.237,06	466,93	2.941,05

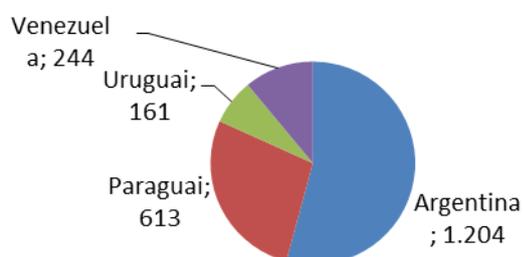
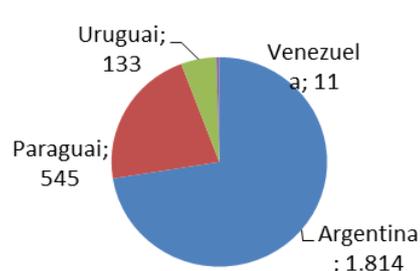
Paraná: Exportações X Importações
(em US\$ milhões)



19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**Relações Comerciais com o MERCOSUL****TABELA 46 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)**

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2015 (Jan-Jun)						
Argentina	513	56,16	658	74,80	-145	1.171
Paraguai	268	29,39	182	20,64	87	450
Uruguai	72	7,92	38	4,27	35	110
Venezuela	60	6,53	3	0,30	57	62
MERCOSUL	913	12,44	880	13,39	34	1.793
Total	7.344	100,00	6.573	100,00	771	13.917
2014						
Argentina	1.204	7,37	1.814	10,49	-560	2.488
Paraguai	613	3,75	545	3,15	51	977
Uruguai	161	0,99	133	0,77	11	239
Venezuela	244	1,49	11	0,06	199	221
MERCOSUL	2.222	13,61	2.503	14,47	-264	3.558
Total	16.332	100,00	17.294	100,00	-962	33.626
2013						
Argentina	2.049	11,23	2.322	12,00	-273	4.371
Paraguai	622	3,41	404	2,09	218	1.027
Uruguai	168	0,92	124	0,64	43	292
Venezuela	161	0,88	116	0,60	44	277
MERCOSUL	3.000	16,45	2.967	15,34	33	5.967
Total	18.239	100,00	19.343	100,00	-1.104	37.582
2012						
Argentina	1.835	10,36	2.308	11,90	-473	4.143
Paraguai	524	2,96	453	2,34	71	978
Uruguai	401	2,26	102	0,53	299	503
Venezuela	156	0,88	20	0,10	137	176
MERCOSUL	2.916	16,47	2.883	14,87	33	5.800
Total	17.709	100,00	19.387	100,00	-1.677	37.096
2011						
Argentina	1.782	10,24	1.999	10,65	-217	3.781
Paraguai	572	3,29	265	1,41	308	837
Uruguai	285	1,64	70	0,37	216	355
Venezuela	283	1,63	9	0,05	274	292
MERCOSUL	2.923	16,81	2.342	12,48	581	5.265
Total	17.394	100,00	18.767	100,00	-1.373	36.161

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta : 29/07/2015)

Exportações 2014 - US\$**Milhões****Importações 2014 - US\$****Milhões**

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 47 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2015 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	153,49	30,59
2	Abugos minerais ou químicos, que contendam nitrogênio, fósforo e potássio	85,48	17,03
3	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	36,80	7,33
4	Outros motores de explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3	27,84	5,55
5	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	24,72	4,93
6	Outras carnes de suíno, congeladas	16,52	3,29
7	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	16,50	3,29
8	Outros tratores	15,55	3,10
9	Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	14,73	2,94
10	Tratores rodoviários para semi-reboques	13,95	2,78
11	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	13,59	2,71
12	Falsos tecidos de polipropileno, revestidos ou recobertos	11,54	2,30
13	Cervejas de malte	11,25	2,24
14	Outros recipientes tubulares, de alumínio, de capacidade não superior a 300 litros	9,46	1,89
15	Outros papéis e cartões de camadas múltiplas, revestidos de caulim	9,39	1,87
16	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	8,99	1,79
17	Outras partes de refrigeradores, congeladores, etc.	8,36	1,67
18	Betume de petróleo	8,04	1,60
19	Partes para assentos, de outras matérias	7,85	1,56
20	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	7,82	1,56
-	Total	501,85	100,00

TABELA 48 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2014 (JAN-JUN)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	121,99	18,82
2	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	90,39	13,94
3	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	68,88	10,62
4	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	50,45	7,78
5	Outros fungicidas apresentados de outro modo	40,62	6,27
6	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	35,00	5,40
7	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	33,58	5,18
8	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	32,62	5,03
9	Outras caixas de marchas	23,61	3,64
10	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	20,00	3,08
11	Farinha de trigo	18,09	2,79
12	Milho em grão, exceto para semeadura	15,44	2,38
13	Garrafões, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	15,16	2,34
14	Cevada cervejeira	13,80	2,13
15	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	12,96	2,00
16	Outros inseticidas, apresentados de outro modo	12,38	1,91
17	Outros feijões comuns, pretos, secos, em grãos	11,42	1,76
18	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	11,15	1,72
19	Malte não torrado, inteiro ou partido	11,10	1,71
20	Herbicida à base de glifosato ou seus sais, de imazaquim ou de lactofen	9,67	1,49
-	Total	648,29	100,00

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 49 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2014 (JAN-DEZ)			2015 (JAN-JUN)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	3.365,38	37,79	China	1.851,70	42,91
2	Argentina	1.204,19	13,52	Argentina	512,98	11,89
3	Estados unidos	706,25	7,93	Estados unidos	362,62	8,40
4	Países baixos (Holanda)	661,92	7,43	Arábia saudita	281,34	6,52
5	Alemanha	655,12	7,36	Paraguai	268,45	6,22
6	Paraguai	613,11	6,89	Alemanha	267,24	6,19
7	Arábia saudita	526,79	5,92	Índia	253,46	5,87
8	Rússia	394,90	4,43	Países baixos (Holanda)	227,24	5,27
9	Tailândia	391,15	4,39	França	147,48	3,42
10	França	385,73	4,33	México	142,36	3,30
---	Total	8.904,53	100,00	Total	4.314,88	100,00

TABELA 50 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2015 (JAN-JUN) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	1.743,16	33,28
2	Pedaços e miudezas de galos/galinhas, congelados	672,28	12,84
3	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	567,98	10,84
4	Carnes de galos/galinhas, não cortadas, congeladas	343,24	6,55
5	Outros açúcares de cana	314,73	6,01
6	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	232,73	4,44
7	Automóveis com motor a explosao,1500<cm3<=3000	182,13	3,48
8	Outras madeiras folheadas	169,30	3,23
9	Café solúvel, mesmo descafeinado	139,83	2,67
10	Outros papeis e cartões para a escrita	124,11	2,37
11	Milho em grão, exceto para semeadura	118,68	2,27
12	Madeira de coníferas perfiladas	93,67	1,79
13	Combustíveis e lubrificantes para embarcações	86,53	1,65
14	Aubos e fertilizantes	86,02	1,64
15	Carnes de outros animais, salgadas, secas, etc.	74,86	1,43
16	Farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja	64,22	1,23
17	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras ,etc.	59,60	1,14
18	Madeira de coníferas serrada/cortada	56,66	1,08
19	Outras carnes de suíno congeladas	54,86	1,05
20	Café não torrado, não descafeinado e em grão	53,27	1,02
-	Total	5.237,84	100,00

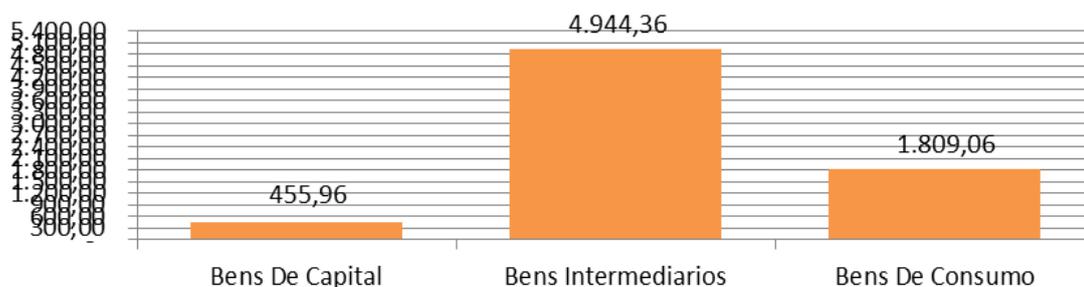
Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação)

Consulta em 30/07/2015

PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan - Jun de 2015)(2)

(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 30/07/2015)

(*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 52 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2015 (JAN-JUN)			2015 (JAN-JUN)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	3.046,89	43,82	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.796,32	30,05
Aladi	1.512,54	21,75	União Europeia	1.717,41	28,73
União Europeia	1.044,95	15,03	Aladi	1.374,02	22,99
Oriente Médio	639,08	9,19	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	606,67	10,15
Demais Blocos	710,49	10,22	África	482,82	8,08
Total	6.953,94	100,00	Total	5.977,24	100,00

(*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

TABELA 53 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2015 (JAN-JUN)

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Cargill Agrícola S A	422,73	11,35
2	Brf S.A.	420,26	11,29
3	Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda	312,13	8,38
4	Nidera Sementes Ltda.	267,69	7,19
5	Bunge Alimentos S/A	260,90	7,01
6	Renault do Brasil S.A	251,84	6,76
7	Seara-Ind. e Comércio de Produtos Agro-Pecuários Ltda	199,08	5,35
8	Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.	198,43	5,33
9	Klabin S.A.	163,24	4,38
10	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	139,66	3,75
11	Chs do Brasil - Grãos e Fertilizantes Ltda.	131,20	3,52
12	Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	130,87	3,51
13	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	130,43	3,50
14	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	122,47	3,29
15	Volvo do Brasil Veículos Ltda	110,76	2,97
16	Btg Pactual Commodities S.A	104,22	2,80
17	Adm do Brasil Ltda	92,06	2,47
18	Companhia Cacique de Café Solúvel	90,25	2,42
19	Caterpillar Brasil Ltda	87,81	2,36
20	Seara Alimentos Ltda	87,41	2,35
---	Total	3.723,45	100,00

TABELA 54 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2015 (JAN-JUN)

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault do Brasil S.A	546,67	17,78
2	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	461,64	15,01
3	Volkswagen do Brasil Ltda	459,91	14,96
4	Yara Brasil Fertilizantes S/A	177,11	5,76
5	Volvo do Brasil Veículos Ltda	166,77	5,42
6	Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	134,68	4,38
7	Electrolux do Brasil S/A	127,71	4,15
8	Positivo Informática S/A	126,79	4,12
9	Brf S.A.	105,53	3,43
10	Fertipar Fertilizantes do Paraná Limitada	103,87	3,38
11	Adama Brasil S/A	101,64	3,31
12	Klabin S.A.	81,81	2,66
13	Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	76,51	2,49
14	Cnh Industrial Latin América Ltda.	75,66	2,46
15	Fertilizante Heringer S.A.	66,22	2,15
16	Macrofertil Indústria E Comércio de Fertilizantes S.A.	56,20	1,83
17	Caterpillar Brasil Ltda	53,34	1,73
18	Du Pont do Brasil S A	52,22	1,70
19	Bayer S.A.	51,00	1,66
20	Aker Solutions do Brasil Ltda	49,58	1,61
---	Total	3.074,87	100,00

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**TABELA 55 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO**
(Em US\$ Milhões)

Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
2007	4.233,78	7.949,75	169,32	12.352,86
2008	5.787,48	9.152,08	307,62	15.247,18
2009	4.985,13	6.024,36	213,33	11.222,83
2010	5.983,15	7.921,86	270,99	14.176,01
2011	7.952,48	9.056,69	385,06	17.394,23
2012	8.356,71	9.022,70	330,17	17.709,59
2013	9.068,37	8.916,49	254,34	18.239,20
2014	8.304,08	7.775,25	252,79	16.332,12
Fev	686,35	604,99	21,85	1.313,19
Mar	868,74	594,77	22,53	1.486,05
Abr	1.112,96	532,58	25,88	1.671,42
Mai	904,38	633,96	22,63	1.560,96
Jun	796,41	638,39	22,93	1.457,73
Jul	865,85	763,21	27,00	1.656,06
Ago	772,53	704,02	29,25	1.505,80
Set	650,78	659,34	18,15	1.328,27
Out	497,61	733,31	16,37	1.247,29
Nov	439,80	708,35	21,08	1.169,23
Dez	363,62	657,32	10,65	1.031,60
2015	3.847,84	3.402,16	93,94	7.343,94
Jan	346,97	545,59	11,34	903,90
Fev	362,69	479,06	10,87	852,61
Mar	679,03	552,95	15,27	1.247,26
Abr	836,33	528,93	17,97	1.383,23
Mai	677,29	560,57	15,09	1.252,95
Jun	945,53	735,05	23,40	1.703,99

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação)
(Consulta : 31/07/2015)

TABELA 56 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2015 (JAN-JUN)
(Em US\$ Milhões)

Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen tual (%)	Importações	Percen tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá	1.770,37	27,29	744,18	13,95	1.026,19	2.514,55
2	Maringá	857,43	13,22	113,11	2,12	744,31	970,54
3	Ponta Grossa	626,64	9,66	247,20	4,63	379,44	873,85
4	Curitiba	625,96	9,65	1.487,90	27,90	-861,94	2.113,87
5	São José dos Pinhais	537,69	8,29	1.436,56	26,93	-898,87	1.974,25
6	Londrina	481,49	7,42	190,52	3,57	290,96	672,01
7	Araucária	355,27	5,48	808,40	15,16	-453,13	1.163,67
8	Cascavel	220,88	3,40	72,83	1,37	148,05	293,71
9	Telêmaco Borba	214,97	3,31	17,02	0,32	197,95	231,98
10	Marialva	166,32	2,56	8,10	0,15	158,22	174,42
11	Rolândia	152,45	2,35	10,18	0,19	142,27	162,64
12	Cafelândia	130,29	2,01	7,39	0,14	122,90	137,68
13	Palotina	123,58	1,90	2,55	0,05	121,03	126,14
14	Campo Largo	118,17	1,82	118,04	2,21	0,13	236,21
15	Cambé	106,04	1,63	69,74	1,31	36,31	175,78
--	Total	6.487,56	100	5.333,73	100	1.153,83	11.821,29

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)
(Consulta em 03/08/2015)

20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA

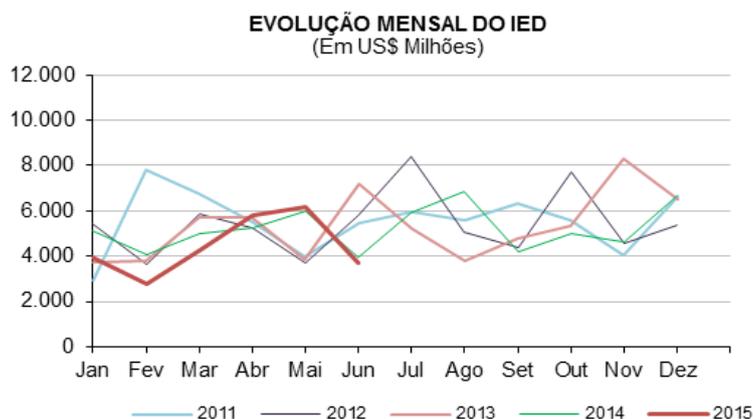
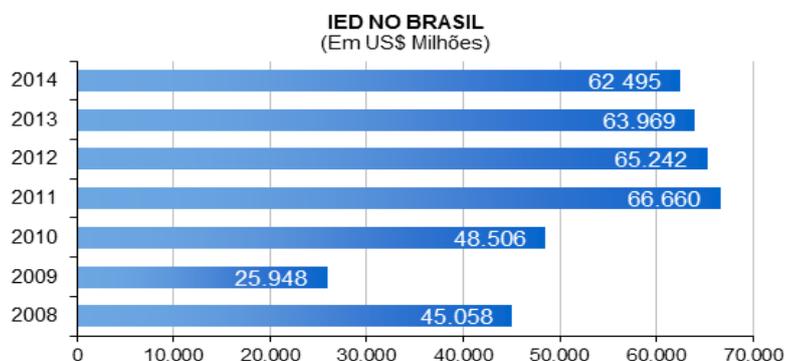
O IED do 1.º semestre foi: US\$ 26,7 bilhões. Em 2014 o IED atingiu US\$ 62,5 bilhões, valor representativo da terceira queda sucessiva do IED no Brasil a partir de 2011. Poderiam comprometer a entrada de IED no país a combinação simultânea de acontecimentos como a melhora na economia dos EUA, a possibilidade de adoção pelo governo brasileiro de medidas restritivas que interfiram no rendimento dos investimentos ou ainda fatores aleatórios imprevisíveis, inclusive os de conotação política. A recente deterioração da credibilidade da economia brasileira no resto do mundo, e a teia de fatos relacionados à Petrobrás, inclusive a queda em 2015 do grau de investimento para grau especulativo estão prejudicando uma superação.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar produtos, e melhorar produtividade. Considera somente o capital externo produtivo, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do capital especulativo, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que tem um imediatismo quanto ao retorno, ou seja, não permanecendo por longo prazo. Com uma crise, sai do país, sem gerar empregos, produtos ou serviços.

As expectativas de crescimento do IED em 2014 foram comprometidas por limitações econômico-políticas no país, mais a melhora na economia dos EUA, saída de aplicações da BOVESPA, mais o comprometimento da credibilidade da economia brasileira. Essa credibilidade teve rápida deterioração, ressaltando-se o PIB de 2014 próximo a 0,5%.

Em 2010-2011, houve grandes investimentos automotivos de instalação ou ampliação, com financiamento do BNDES e uma teia de incentivos fiscais concedidos pelos estados sedes.. Até 2011, o IED cresceu ano a ano, associado à confiança do exterior e o PIB de 7,5% em 2010. Em 2009, a exceção foi a queda expressiva associada à crise nos EUA e repercussões no Brasil.

TABELA 57 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL		
Período	Valor em US\$ Milhões*	Varição Percentual (%)
2005	15.066	-16,97
2006	18.822	24,93
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
Mai	5.963	13,96
Jun	3.924	-34,19
Jul	5.898	50,31
Ago	6.840	15,96
Set	4.214	-38,39
Out	4.979	18,15
Nov	4.644	-6,72
Dez	6.650	43,18
2015*	26.687	-8,80
Jan	3.968	-40,33
Fev	2.769	-30,22
Mar	4.263	53,95
Abr	5.777	35,51
Mai	6.197	7,28
Jun	3.714	-40,07



Fonte: www.bcb.gov.br - (Economia e Finanças- Notas econômico financeiras para a imprensa - Setor Externo - Quadro XV) (Consulta em 04/08/2015)

(*) Dados preliminares; Acumulado no Ano.

21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

A dívida externa brasileira total é o somatório das dívidas do setor público (governos: federal, estaduais e municipais, mais Distrito Federal e empresas públicas) e do setor privado. Os números disponíveis apontam até junho de 2015, uma dívida de médio e longo prazo de 83,75%, muito superior à de curto prazo: 16,25%, situação que contribui para reduzir a pressão para pagamentos.

Em 2014, houve aumento da dívida em relação à existente no ano anterior: em dezembro/ 2013 era US\$ 312 bilhões que sobe para US\$ 347,6 bilhões dezembro de 2014. A dívida de curto prazo corresponde a 15,71% do total; a de médio e longo prazo atinge 84,29 %. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade no pagamento e renegociações.

Os dados da dívida de curto prazo de 2011/ 2012 (comparados a 2010) apontam redução expressiva; em 2014, cresce bastante. A dívida de médio e longo prazo para 2011/2012 cresceu bastante mas cai percentualmente em 2014. Para isso contribuiu juros menores no exterior, pois os tomadores de empréstimos buscam o menor custo do mesmo. A administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central, indica condições consistentes para desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo que grande, não indica necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar captação de recursos que sejam necessários e importantes para o setor público ou empresários do setor privado mas, desde que utilizados dentro de uma gestão financeira eficiente podem ser perfeitamente justificáveis.

TABELA 58 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2007	38.901	20,13	154.318	79,87	193.219
2008	36.444	18,37	161.896	81,63	198.340
2009	30.972	15,62	167.220	84,37	198.192
2010	56.450	22,12	198.734	77,87	256.804
2011	39.040	13,13	258.310	86,87	297.349
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	316.831
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	312.022
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	347.621
2015*	56.087	16,25	289.112	83,75	345.199

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 04/08/2015) (*) Dados de junho – 2015

21.1. Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para 2008-2013, conforme o Banco Central, está distribuída na Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2008 - 2013 é, na média, responsável por mais da metade dessa dívida. O período 2011-2013 mostra forte inversão de tendência comparada a 2008-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2013, mostra o setor privado devendo 61,5, quase o dobro do setor público. A dívida privada cresceu muito a partir de 2010, sob estímulo dos baixos juros no exterior e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais mais as estatais.

TABELA 59 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA			
Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
2008 (1)	46,9	53,1	100
2009 (2)	51,8	48,2	100
2010 (3)	45,0	55,0	100
2011 (4)	37,2	62,8	100
2012 (5)	36,3	63,7	100
2013 (6)	38,5	61,5	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2008 do Banco Central do Brasil (p.153). (2) Boletim Anual – 2009 do Banco Central do Brasil (p.142). (3) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135). (4) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (5) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129). (6) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121)

22. RESERVAS CAMBIAIS

O ano de 2015 aponta em julho um saldo de reservas de US\$ 370,7 bilhões, bastante inferior ao existente no período maio a agosto de 2014, que atingiu média mensal acima de US\$ 379 bilhões.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico. O "lastro cambial" revela disponibilidade de elevado estoque de divisas no BC, atuando como um colchão amortecedor desde o início da crise mundial de 2008, e permite ao Brasil maior credibilidade no mercado externo, manter o "grau de investimento" obtidos em 2008 e 2009 e ampliar entrada de capital externo. Essa importância pode ser avaliada a partir das restrições às importações da Argentina- carente de divisas- que vem afetando produção e demanda internas.

O **grau de investimento** da economia permanece, apesar do corte da nota da dívida do Brasil de "BBB" para "BBB-" pela agência de classificação de risco *Standard and Poor's*. A redução da nota pelas agências de classificação de risco significa que o acesso a crédito será menor e os juros pagos serão maiores. No entanto, a nota do Brasil é a maior das economias emergentes e, no atual cenário global, é um país que ainda vale o risco para os investidores.

Uma parcela dos US\$ da reserva cambial é especulativa, por conta dos juros maiores pagos pelos títulos do governo, comparados à remuneração em outros países. É um volume de divisas importante para a economia brasileira, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o "capital especulativo" volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, em função de um distúrbio no mercado externo poderá, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de alta entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações.

TABELA 60 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS (Em US\$ Milhões)		
Período	Reservas Cambiais no Banco Central (1)	Variação Sobre o Período Anterior (2)
2005	53.799	1,60
2006	85.839	59,60
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
Jul	379.880	-0,03
Ago	379.263	-0,16
Set	376.164	-0,82
Out	376.033	-0,03
Nov	375.626	-0,03
Dez	374.051	-0,42
2015	--	--
Jan	372.665	-0,37
Fev	372.496	-0,05
Mar	372.130	-0,10
Abr	372.510	0,10
Mai	372.071	-0,12
Abr	372.510	0,10
Mai	372.071	-0,12
Jun	372.168	0,03
Jul	370.752	-3,82

